

Ilumina as trevas do meu coração

Ite vos: uma memória habitada para caminhar juntos rumo ao futuro

Assis 2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Frades franciscanos de Assis, Itinerário para caminhar juntos e crescer na comum vocação e missão franciscana (2015/2018)..... pg.....

FRADES FRANCISCANOS EM CAPÍTULO

Itinerário para caminhar juntos e crescer na comum vocação e missão franciscana 2015/2018..... pg.....

I PARTE

O TEXTO DA ITE VOS

Papa Leão X, Bula Ite vos..... pg.....

II PARTE

APROFUNDAMENTO HISTÓRICO E TEOLÓGICO

Capítulo I

Percorrendo de novo as vicissitudes da Ite vos. Esperanças falidas da Bulla Unionis..... pg.....

Capítulo II

Elementos essenciais de Teologia da Vida Consagrada hoje:

Para uma releitura da história

Fichas de trabalho em grupo.....pg.....

III PARTE

PARA A VOCAÇÃO E MISSÃO DOS FRADES FRANCISCANOS NA IGREJA E NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Uma memória habitada.....pg.....

IV PARTE

LINHAS ORIENTATIVAS PARA UM PERCURSO COMUM

As três etapas da memória.....pg.....

INTRODUÇÃO

O Grupo de coordenação dos Frades Franciscanos em Assis nasce com a visita do Papa Francisco em Assis no dia 04 de outubro de 2013, o qual, no final da visita ao Túmulo, voltando-se aos Ministros Gerais e aos outros frades presentes, disse: “Muito

bem, vocês devem permanecer unidos”. Este convite do Papa veio de encontro ao desejo já vivo em nós para “caminhar juntos e crescer na comum vocação e missão”.

Frades Franciscanos em Capítulo nasce para preparar e viver juntos acontecimentos do centenário do Perdão de Assis (oito séculos em 2016) e da Bula Papal “Ite vos” (cinco séculos em 2017), com a finalidade de projetar-se juntos rumo ao futuro de modo ainda mais significativo.

A iniciativa, acolhida e divulgada pelos quatro Ministros Gerais das Ordens, se propõe e se proporá, na simplicidade, como experiência piloto possível para os frades que quiserem organizar percursos semelhantes em todas as partes do mundo.

No encontro do dia 30 de junho de 2015, tivemos a oportunidade de atualizar os Ministros Provinciais e seus colaboradores mais próximos na animação provincial, sobre o caminho até então percorrido rumo ao “Capítulo generalíssimo”, previsto para 2017, e de partilhar ideias e propósitos, também em vista de uma assembleia plenária de todas as fraternidades franciscanas da região Úmbria.

Chegamos assim a este momento com o auspício de que cada um de nós esteja convicto de que na vivência de uma autêntica e profunda reconciliação entre as famílias franciscanas seja dada a possibilidade de testemunhar com maior força e clareza o carisma de Francisco.

Cada vez mais o encontro, o diálogo e a oração entre todos os frades menores produzem frutos de paz e de evangelização. Com este caminho esperamos poder chegar a dar espaço a perspectivas e iniciativas proféticas que possam concretamente traduzir-se em um ou mais realidades “missionárias” vividas em comunhão.

O material que colocamos à disposição neste nosso encontro é o seguinte:

- a) O texto “Itinerário para caminhar juntos e crescer na comum vocação e missão franciscana (2015/2018)”. Trata-se de linhas guias para os anos de 2015 a 2018 que o grupo de coordenação dos Frades Franciscanos de Assis preparou para si com a finalidade de crescimento na fidelidade criativa ao carisma, juntamente com um testemunho mais incisivo e construtivo.
- b) O texto da “Ite vos”. Não se conhece tradução em italiano e então pensamos que fizemos um louvável serviço à cultura. Devemos agradecer com verdadeiro carinho nossos irmãos Bruno Pennacchini e Umberto Occhialini da comunidade Santa Maria dos Anjos pela tradução de um latim não muito agradável.
- c) Um aprofundamento histórico com o título “Percorrendo de novo as vicissitudes da Ite vos. Esperanças falidas da Bulla Unionis”. Este texto foi escrito por Frei Luigi Pellegrini, OfmCap, a quem pedimos para nos oferecer um quadro sintético das vicissitudes inerentes à situação da Ordem em 1517 e de suas consequências, sejam eles reconhecidas como fatores de sucesso ou de falência.
- d) Um aprofundamento teológico com o título “Elementos essenciais de Teologia da Vida Consagrada hoje: para uma releitura da história”. Este texto foi escrito por Frei Alceu Grazioli, Tor, como síntese partilhada de um trabalho realizado por um grupo de teólogos (Dom Paolo Martinelli, Ir. Simone Paolini fmgb, Frei Domenico Paoletti OfmConv e Frei Giancarlo Rosati Ofm). A esta comissão pedimos para nos indicar os elementos essenciais da Vida Consagrada hoje, partindo da visão do Concílio Vaticano II, do qual todos nós somos filhos. É com estas categorias que queremos olhar e interpretar os fatos do passado.

- e) A estes dois aprofundamentos segue uma “ficha de trabalho” onde estão indicados restritos ambientes de discussão para um debate voltado para as duas contribuições histórica e teológica.
- f) Outra contribuição no conjunto é o texto escrito por Frei Luciano Bertazzo OfmConv “Para a vocação e missão dos frades franciscanos na Igreja e no mundo contemporâneo. Uma memória habitada”. Esta contribuição foi elaborada por Frei Luciano como síntese partilhada de um trabalho realizado por um grupo de estudiosos de história (Frei Luigi Pellegrini ofmcap, Frei Giuseppe Buffon ofm e Dom Mario Sensi). Ela oferece um caminho importante para a interpretação teológica dos fatos do passado, colhendo os significados da vida, os sentidos de desenvolvimento carismático e percursos possíveis, exatamente como indicamos no subtítulo da nossa assembleia: “uma memória habitada para caminhar juntos rumo ao futuro”.
- g) A partir desta última contribuição pensamos em oferecer finalmente algumas “linhas orientativas para um percurso comum”. É nosso desejo chegar a manifestar a reconciliação entre nós e dar testemunho do amor fraterno na jornada do dia 11 de julho de 2016, há 500 anos da publicação da bula pelo Pontífice Romano (11 de julho de 1517), com uma adequada preparação.

Individuamos três momentos para viver uma ou mais jornadas entre as comunidades franciscanas que atuam num mesmo território pastoral: as três etapas da memória.

Agradecemos todos vocês frades franciscanos da região da Úmbria pela atenção que deverão ter a este itinerário. Um agradecimento particular a todos que estão trabalhando há tempo, como os membros das duas comissões. Unidos em oração e no Seráfico Pai São Francisco de Assis, saudamos a todos vocês com carinho fraterno, recordando-lhes o nosso próximo encontro em assembleia no dia 11 de julho de 2016 para a jornada da reconciliação entre nós e do testemunho de amor fraterno.

Frei Antônio M. Tofanelli, OfmCap
em nome do grupo de coordenação do Frades Franciscanos de Assis

FRADES FRANCISCANOS EM CAPÍTULO

Itinerário para caminhar juntos e crescer na comum vocação e missão franciscana 2015/2018

Rogo-te, pois, Senhor Jesus Cristo, pai das misericórdias,
que não consideres a nossa ingratidão,
mas te recordes sempre de tua abundantíssima compaixão
que [nesta cidade] lhe mostraste,
para que sempre seja o lugar e a morada
daqueles que verdadeiramente conhecem
e glorificam o teu nome bendito
e gloriosíssimo pelos séculos dos séculos. Amém.
(Espelho da Perfeição (maior), 124)

1. Paz e Bem a todos! Com esta saudação franciscana, Papa Francisco iniciou a homilia por ocasião da visita pastoral em Assis no dia 4 de outubro de 2013. Junto ao Túmulo de São Francisco, em resposta à saudação e à entrega de uma “cruz azul” e de uma cópia autêntica da Regra, um presente de toda a Família franciscana,

representada pelos Ministros gerais e pelos dois Custódios da Porciúncula e do Sacro Convento, o Senhor Papa disse-nos: “Bravos, deveis permanecer unidos!”. Muitas vezes, essas palavras ressoaram entre nós, Frades das Famílias franciscanas de Assis.

2. Desde o Concílio Vaticano II, nossas quatro Ordens deram passos importantes no caminho da comunhão, especialmente graças ao impulso dado pelo Frei Ernesto Caroli, OFM, que, em 1972, fundou o Movimento Franciscano (Mo.Fra), a fim de reunir e fazer com que todos os religiosos e leigos, que se sentem atraídos pelo ideal do Pobrezinho de Assis, colaborem entre si. Nesses anos, o Movimento Franciscano conseguiu com que crescesse o mútuo conhecimento e a estima recíproca entre as diferentes famílias franciscanas. Isso, graças a encontros de partilha e momentos de confronto (com sua culminância no Capítulo das Esteiras, de 15 a 18 de abril de 2009, quase em coincidência com a morte de Frei Ernesto), mas, também, graças à publicação, no 750º aniversário da morte de São Francisco, das Fontes Franciscanas e, em seguida, de diversos Dicionários e volumes (como, por ex., a série Místicos franciscanos).

3. Em Assis, além do mais, os estímulos para colaborar são contínuos, e se manifestam tanto nas solicitações provenientes da “Cidade” ou de Instituições locais e regionais como no caminho que a Diocese percorre graças ao plano pastoral do Bispo Domenico Sorrentino, em sintonia com os centenários franciscanos (cf. “Una Chiesa in missione con Francesco d’Assisi”, Assis 2009).

O aproximar-se de duas festividades, importantes em nossa história, a saber, VIII Centenário do “Perdão de Assis”, em 2016; e o V Centenário da bula do Papa Leão X *Ite vos*, em 2017, é outro impulso que alimenta nosso desejo de caminhar em conjunto e crescer na vocação e missão, que nos são comuns.

4. Disso nasceu a ideia de um “Sínodo” das Famílias franciscanas, isso é, a partilha de um itinerário que, a partir da memória histórica, passa pela reconciliação, usa o diálogo e o discernimento fraterno e nos leva a escolher iniciativas de evangelização, a ser realizadas em conjunto. Pensamos que, nos próximos anos, de 2015 a 2018, através de experiências de comunhão fraterna que nos deixam degustar a enriquecedora pluriformidade das diferentes famílias da Primeira Ordem e da Terceira Ordem Regular, poderemos lançar as bases de um novo impulso do processo que, em continuidade com o passado recente, nos propomos desenvolver no futuro.

5. Tendo como fim último o crescimento na fidelidade criativa ao carisma, juntamente com um testemunho mais incisivo e construtivo, apresentamos a hipótese de um itinerário quatrienal (o primeiro, o de preparação, felizmente coincide com o ano da Vida Consagrada):

- 2015: “Iluminai as trevas do meu coração” (OC): um ano de preparação, durante o qual procuramos “recordar” e “compreender” alguns aprofundamentos, de caráter histórico-crítico, dos acontecimentos da Ordem e seu desenrolar pluriforme, refletidos à luz da atual visão teológica da Vida Consagrada e através das categorias de interesse comum, hoje, para os Frades (fraternidade, autoridade, liberdade, etc.). Momento central será a assembleia fraterna, que encaminha, oficialmente, o itinerário plurianual. Como Família Franciscana, deveremos chegar a partilhar um documento/documentário, que será a base para pôr à luz o sentido dos acontecimentos, inclusive os conflitivos, e recolher as reações dos frades, por meio de um questionário.

- 2016: “O que não perdoamos plenamente, Senhor, fazei-nos perdoar plenamente” (PN 8): 2016 é o centenário do Perdão de Assis, durante o qual, além de celebrar o evento, convidaremos os frades e as Fraternidades a fim de acolham novamente a visita do Senhor Ressuscitado e sua salvação. Proporemos que as comunidades realizem jornadas penitenciais de tomada de consciência, de pedido de perdão e de acolhida alegre da misericórdia, que poderão se traduzir em gestos de mútua benevolência, fruto de renovado Pentecostes. Poderemos, assim, chegar a manifestar a reconciliação entre nós e a dar testemunho do amor fraterno na jornada de 11 de julho, data dos 500 anos da publicação do breve *Romanum Pontificem* (11 de julho de 1517)¹. Em tal contexto, celebraremos o perdão e anunciaremos o evento mais significativo de 2017: o “Capítulo generalíssimo”.

- 2017: “E ama-os em tudo isso; e não queiras que sejam cristãos melhores” (Mn 7): o centenário da bula *Ite vos*, também denominada *Bolla unionis*, a qual, no entanto, causou a separação, será dedicado à Fraternidade. Ao aprofundar os aspectos relacionais, sob o ponto de vista da minoridade, com atenção especial seja à dimensão intersubjetiva e testemunhal, seja às relações institucionais e assimétricas, desejamos ressaltar o estilo da vida fraterna e viver, de 29 de maio (data em que, há 500 anos foi publicada a *Ite vos*) a 2 de junho, um evento *ad instar Capituli*, para confrontar-nos e discernir, na escuta do Espírito. O momento culminante será nossa peregrinação ao encontro do Papa Francisco, no dia 29 de novembro (aniversário da publicação da Regra), a fim de sermos reconfirmados no carisma recebido por Deus, há 800 anos, e receber novamente da Igreja, como Fraternidade da I Ordem, a Regra, a ser entregue aos Ministros gerais.

- 2018: “Quero mandar-vos todos ao Paraíso!” (Diploma de Teobaldo²): o último ano será dedicado à evangelização, na tentativa de abrir de par em par os nossos horizontes ao futuro, alegres por anunciar a salvação. A missão, movida pela compaixão, por renovada e remotivada paixão pela salvação dos irmãos, de cada pessoa, se traduzirá concretamente na realização de projetos compartilhados e escolhidos em “Capítulo”, que expressem a beleza da inteira Família franciscana, unida pela mesma inspiração originária e única finalidade. A redação de um tipo de documento pós-sinodal, sucessivo ao caminho de fé feito em conjunto, será a síntese da experiência vivida e da reflexão, que será repassada às “novas gerações” para os possíveis desdobramentos.

I --- 2015: “Iluminai as trevas do meu coração” (OC)

Um ano para “recordar”

6. 2015 é o ano de preparação. Durante este ano queremos aprofundar os acontecimentos da Ordem e seu desdobramento pluriforme. Não temos pretensão alguma de exaustividade, se bem que façamos votos que haja encaminhamento de um processo que poderá desdobrar-se e conhecer ulteriores aprofundamentos de caráter histórico-crítico, futuramente. A perspectiva para situar-se é dupla:

7. Em primeiro lugar, acontece o trabalho dos historiadores que, a partir do material da documentação existente e das leituras oferecidas pelas diferentes correntes historiográficas, oferecem um quadro dos lugares, datas, pessoas e Fraternidades,

¹ Após apelos de soberanos e autoridades civis, o Papa Leão X, com essa missiva, convocava o “Capítulo generalíssimo” para Pentecostes de 1517, a fim de resolver definitivamente todas as pendengas entre os franciscanos da I Ordem.

² *Fonti Francescani* 2706/10-11. Refere-se à indulgência da Porciúncula, documentado pelo bispo Teobaldo de Assis.

com a descrição das ações e atividades executadas e das suas consequências, reconhecidas como fatores de sucesso ou fracasso e que tenham influenciado o progredir ou o decair do movimento (Ordem) franciscano.

8. Em segundo lugar, é preciso repropor a atual visão teológica da Vida Consagrada, qual ponto de vista privilegiado para reler os eventos do passado. Alguns temas de interesse comum, entre os Frades de nossa época, poderiam constituir a chave interpretativa dos acontecimentos do passado. Assim, o material recolhido, que abrange inevitavelmente os conflitos que caracterizaram a história franciscana, constituirá a base para um intercâmbio dialético, orientado a alcançar uma visão abrangente.

9. Essa fase de caráter histórico-crítico, até o verão de 2015, deveria levar a uma primeira edição de um documento/documentário, a ser proposto aos Frades, a fim de recolher, também mediante um questionário, as impressões e as reações dos mesmos, que podemos presumir ser diferentes daquelas de nossos “antepassados”. Ao longo do ano, também se poderia convocar um encontro fraterno dos Ministros e Vigários provinciais com os Ministros gerais e/ou os Assistentes da área na qual se realiza o evento a fim de encaminhar oficialmente o itinerário.

10. O passo sucessivo, que poderá desenvolver-se nos próximos anos, consistirá na elaboração das informações: através do diálogo se buscará chegar a uma base compartilhada, ou a um conjunto único de bases (as “histórias” de cada Família franciscana) conectadas entre si, para compreender o caráter, as oposições e as relações dos muitos pontos de vista presentes nas diferentes Famílias, em suas histórias contrastantes e suas diferentes interpretações.

11. Naturalmente, nesse processo emergirão pontos de vista do passado e do presente, que resultaram em conflitos. Tais pontos de vista emergirão das obras dos estudiosos, mas também das tradições transmitidas no interior das Famílias franciscanas ou dos lugares comuns, muitas vezes aceitos inconscientemente por indivíduos e comunidades. Dialogar sobre isso e aprofundar os significados, deveria conduzir “ao além do fato, às razões do conflito”. O confronto entre os pontos de vista “projetará luz ali onde, exatamente, as diferenças são irreduzíveis, onde são complementares e poderiam ser conciliados num todo mais amplo, onde enfim podem ser considerados como etapas sucessivas, até chegar a um único processo de desenvolvimento” (Bernard Lonergan, Método em teologia, É Realizações, p. 149).

12. Desse modo, através de uma crítica benévola, que evidencie as posições não coerentes, poderiam ser rejeitadas as razões não boas dos conflitos, os clichês que geram suspeita, rancor, inimizade. De modo semelhante, as diferenças irreduzíveis poderão ser examinadas com o objetivo de manter aquelas “sérias” e eliminar as superficiais. Então, também o conflito, passando através da reconciliação, poderá tornar-se uma ocasião de crescimento de toda a Família dos frades menores.

II --- 2016: “Aquilo que não perdoamos plenamente, Senhor, fazei-nos perdoar plenamente” (PN 8)

Acolher a visita do Senhor Ressuscitado e a sua salvação

13. 2016 é o ano centenário do Perdão de Assis, o primeiro de nosso percurso trienal. Em 2016, no amplo contexto do Jubileu do Perdão de Assis, que quer celebrar o

oitavo centenário da Indulgência concedida a Frei Francisco pelo Papa Honório III, desejamos parar para contemplar, de maneira vital, a centralidade do tema da Reconciliação no processo rumo à comunhão fraterna. Sem o Perdão recíproco, de fato, nada parece autêntico e eficaz e tudo se perde em mera consideração histórica, sem algum apelo à realidade e ao espírito de conversão.

14. A insistência de Frei Francisco sobre o tema da reconciliação é conhecida, especialmente seu caráter determinante em relação à fraternidade. Emblemáticas são suas palavras dirigidas a um superior: «E ama aqueles que te fazem estas coisas. Não queiras da parte deles outra coisa, a não ser o quanto o Senhor te conceder. E ama-os em tudo isto; e não queiras que sejam cristãos melhores. Considera isto mais que um eremitério. E nisto quero reconhecer se tu amas o Senhor e a mim, servo dele e teu, se fizeres isto: não haja no mundo irmão que pecar, o quanto puder pecar, que, após ter visto teus olhos, nunca se afaste sem a tua misericórdia, caso buscar misericórdia. Se não buscar misericórdia, pergunta-lhe se quer (obter) misericórdia. E se depois ele pecar mil vezes diante de teus olhos, ama-o mais do que a mim para trazê-lo ao Senhor; e tenhas sempre misericórdia desses irmãos.» (Mn 5-10). Nosso caminho, que deseja edificar a comunhão fraterna, não pode pôr à parte a reconciliação.

15. O Jubileu do Perdão de Assis terá uma sua dimensão celebrativa, em grande parte desenvolvida junto ao Santuário da Porciúncula, através de momentos mais científicos, como, por exemplo, um Congresso internacional de estudos, a edição crítica dum antigo texto hagiográfico da indulgência, ou alguns volumes de estudo, ou exposições artísticas e didáticas, que ajudem a compreender o valor do Perdão na vida da Igreja e o significado da Indulgência da Porciúncula na História.

16. Em particular, no entanto, serão propostos roteiros para a “purificação da memória”, que possam favorecer, nos Frades e nas Fraternidades, a acolhida de uma nova visita do Senhor Ressuscitado e da sua salvação. Enfim, gostaríamos de celebrar o evento do Perdão em conjunto, numa celebração aberta aos franciscanos e, especialmente, voltada às nossas quatro Ordens, que compartilham a mesma perspectiva e fonte. No dia 11 de julho de 2016, numa grande celebração, nossas Ordens religiosas, além de viver um momento fraterno de reconciliação, pedirão ao Senhor de toda a misericórdia o Perdão por todos esses séculos, assim como foi feito durante o Jubileu por São João Paulo II, quando pediu perdão por tudo aquilo com o qual se mancharam os católicos³.

³ «A purificação da memória – sustentava naquele tempo a Comissão Teológica Internacional, in Memória e Reconciliação: a Igreja e as culpas do passado - consiste no processo destinado a libertar a consciência pessoal e coletiva de todas as formas de ressentimento ou de violência, que a herança de culpas do passado pode haver deixado, mediante uma renovada avaliação histórica e teológica dos acontecimentos implicados, que conduza - se for esse o resultado - a um correspondente reconhecimento de culpa e contribua para um real caminho de reconciliação. Um semelhante processo pode incidir de modo significativo sobre o presente, justamente porque as culpas passadas fazem muitas vezes sentir ainda o peso das suas consequências e permanecem como outras tantas tentações também hoje. Enquanto tal, a purificação da memória requer "um ato de coragem e humildade para reconhecer as faltas cometidas por quantos tiveram e tem o nome de cristãos", e funda-se na convicção de que "por causa daquele vínculo que nos une uns aos outros no corpo místico, todos nós, não tendo embora responsabilidade pessoal por isso e sem nos substituírmos ao juízo de Deus - o único que conhece os corações-, carregamos peso dos erros e das culpas dos que nos precederam" (João Paulo II, Bula de proclamação do Grande Jubileu do ano 2000, 10)».

**III --- 2017: “E ama-os em tudo isto;
e não queiras que sejam cristãos melhores”(Mn 7)**

O estilo da vida fraterna

17. No ano 2017, acontece o centenário da bula “Ite vos”, denominada também “Bulla unionis”, o segundo de nosso percurso trienal. Depois de um ano de purificação da memória, com gestos de benevolência, gostaríamos de aprofundar o tema da fraternidade, sob o ponto de vista da minoridade, como o estilo específico da vida fraterna franciscana.

18. A insistência de Frei Francisco sobre a minoridade é bem conhecida. Claras e decisivas em referência às relações fraternas, à dimensão intersubjetiva, testemunhal, às relações institucionais e assimétricas em geral, são as palavras da Regra não bulada: «E ninguém se denomine prior, mas todos, sem exceção, sejam chamados de irmãos menores. E um lave os pés do outro» (RnB VI,3-4).

19. Num clima de diversidade e pluralismo cultural, parece-nos importante propor, neste ano dedicado ao estilo da vida fraterna, um esclarecimento terminológico e de conteúdo, a fim de restabelecer um vocabulário de compreensão. Consideramos, de fato, que alguns termos hoje recorrentes, tais como: liberdade, unidade, fraternidade, pobreza, penitência, conversão, são usados em muitos sentidos passíveis de mal-entendidos. Por exemplo liberdade, na cultura ligada à Revolução francesa (liberté) é explicitada como “liberdade de” (liberdade dos regimes totalitários, dos ditames religiosos, das tradições). Mas, na tradição hebraico-cristã e franciscana, é “liberdade para” (liberdade para servir, para obedecer, para crer, etc.). A saída de tais equívocos, por muitos nem mesmo percebidos, nos permitirá “sair de uma Babilônia para viver numa nova Pentecostes”. Humildemente, através de encontros culturais e espirituais, comunitários e interobedienciais, na escuta do Espírito, aprenderemos a nos entender, comunicar, falar “uma só língua”, que traduza em termos atuais os valores da *traditio* cristã e franciscana: liberdade, unidade, fraternidade, pobreza, minoridade, serviço, acolhida, autoridade, paternidade, etc.

20. Durante 2017, de 29 de maio a 2 de junho, viveremos um evento *ad instar Capituli*, a fim de nos confrontar e discernir, na perspectiva de decidir conjuntamente algumas linhas de uma nova ação de evangelização. Nessa ocasião, seria belo chegar a definir, além de uma orientação compartilhada sobre os temas relevantes do carisma, também formas jurídicas que permitam viver experiências interobedienciais e/ou administrar juntos algumas atividades, como a formativa, missionária, pastoral, caritativa, tanto em nível local como provincial ou de Conferência, em modo semelhante ao que acontece nas Conferências dos Assistentes OFS. Assim, também se tornaria mais simples escolher iniciativas comuns na evangelização.

21. O ano terá seu momento culminante ao caminharmos como peregrinos ao encontro do Papa Francisco, no dia 29 de novembro (aniversário da publicação da Regra), a fim de sermos reconfirmados no carisma recebido de Deus, há oitocentos anos, e receber novamente da Igreja, como Fraternidade da I Ordem, a Regra que será entregue aos Ministros gerais.

**IV --- 2018: “Quero mandar---vos todos ao Paraíso!” (Diploma de Teobaldo)
Alegres por anunciar a salvação**

22. O ano de 2018 é o do encerramento do itinerário quatrienal. Depois de um ano de purificação da memória e após ter redefinido o vocabulário da Fraternidade franciscana no estilo da minoridade, consideramos que a Graça mesma nos há de impelir a abrir de maneira ampla nossos horizontes ao futuro, alegres por anunciar a salvação.

23. “Quero mandar-vos todos ao Paraíso”, anunciado com alegria por Frei Francisco na praça da Porciúncula, em 2016, exprime a paixão do nosso fundador pela salvação de cada homem e mulher e quer ser o escopo que irá mover as opções no individualizar campos de construção e ação, em colaboração entre as várias obediências minoríticas.

24. Neste ano, portanto, queremos focar tudo sobre a missão, movida pela compaixão, por uma paixão renovada e re-motivada pela salvação dos irmãos e das irmãs, de cada pessoa. Pensamos concretamente na realização de projetos compartilhados e escolhidos em “Capítulo”, que expressem a beleza de toda a Família franciscana (as três Famílias franciscanas da primeira Ordem e TOR, mas com envolvimento da segunda Ordem e da Ordem Franciscana Secular), unida pela mesma inspiração originária e pela única finalidade. Apostamos numa “nova” realidade fraterna, com uma “missão” de testemunhar, sem precisar explicar a beleza da própria vida fraterna, consumada na caridade recíproca e na comunhão, e que se torne a primeira fonte e forma de evangelização, segundo o coração de Frei Francisco, o qual descobria, reconhecia e indicava justamente a beleza do estar juntos, em nome de Jesus, como sendo a primeira e mais eficaz forma de apostolado (em forma interobediencial: uma Fraternidade local, inserida num programa diocesano? uma Fraternidade missionária ad gentes? uma Fraternidade comprometida com o específico da caridade, em todo o caso no social? outro?). Esperamos que ulteriores ideias e propostas possam emergir do Capítulo.

25. A redação de uma espécie de documento pós-sinodal, isto é, posterior ao caminho da fé percorrido em conjunto, ao lado de um projeto concreto compartilhado, irá desembocar na síntese da experiência vivida e da reflexão, entregando às “novas gerações” os possíveis desdobramentos.

26. Nós do comitê organizador, estamos convictos de que transmitir, como frades das Famílias franciscanas reunidas pela comum vocação à santidade, o amor e a vida em Fraternidade, na simplicidade e na alegria franciscana, segundo um preciso estilo de vida, o minorítico, pode incidir profundamente no coração do próximo, neste tempo de protagonismo e individualismo desenfreado. Longe de nós pensar em poder fazer-nos mestres; pelo contrário, nos esforçaremos a fim de transmitir, com alegria, a notícia mais bela do mundo: “Cristo ressuscitou”! Esse é o anúncio que nos congrega. Nós nos empenharemos totalmente a fim de acolher com amor aquilo que Deus quer que seja.

I PARTE

O TEXTO DA ITE VOS

Papa Leão X, Bula *Ite vos*

Bispo Leão

Servo dos Servos de Deus

Vão para a minha vinha, diz aquele Pai de família que tinha plantado uma vinha, o Salvador do mundo e Redentor nosso Jesus Cristo, o qual, ainda que cuide de tudo e dirija tudo que foi feito por ele, todavia entre outras plantações que o mesmo Pai celeste plantou no terreno da Igreja militante, uma vinha seguiu com tal amor ardente, a ponto de chamá-la em todos os lugares de sua. Cuidou, pois, desta vinha com agricultores tão assíduos, hábeis e fiéis, que enviou-lhe quase incessantemente trabalhadores pelo amanhecer, outros pela hora terça, pela sexta, pela nona, ainda pela décima e décima primeira. Esta é a sagrada Religião dos Frades Menores que, enquanto estavam ainda verdejantes as folhas desta prática religiosa, por meio de homens apostólicos, como por ramos estendidos de mar a mar, e do rio até o fim da orbi terrestre, irrigou os montes e encheu a terra com o vinho da sabedoria e da ciência. Esta é a Religião santa e imaculada, na qual se contempla a presença do Redentor como que através de um espelho sem mancha; pode-se ver a forma de vida de Cristo e dos Apóstolos; por ela se reconduz a norma dos primeiros fundamentos da Igreja aos olhos do povo cristão; e enfim realiza o mais Divino, Angélico, tudo cheio de perfeição, e nada mais conforme a Cristo que merecidamente pode-se dizer sua.

Para cultivar bem esta vinha, aquele Pai de família enviou ao amanhecer, ao surgir do sol, o *Anjo que sobe do Oriente com o selo do Deus vivo*, o beato Francisco, que juntamente com homens de admirável santidade, lançou os primeiros fundamentos desta vinha. A eles, na hora terça, sucederam homens religiosos, que guiados pelo beato Boaventura, com a força e a ajuda da Santíssima Trindade, repararam os muros desta vinha que de um lado e do outro ameaçavam a ruína. Depois destes, como que pela hora sexta, surgiram alguns Frades ferventes de espírito, como que enviados por Deus e confortados pelo Concílio de Viena, reconduziram às suas origens o rigor da disciplina quase sem vigor. Ainda pela hora nona, hora da morte do Senhor, surgiram agricultores escandalosos da vinha e cada dia piores; o Senhor suscitou o espírito de um adolescente, naturalmente com poucos Frades que, sob o comando e presidência do propagador do nome de Jesus, beato Bernardino, apoiados no sustentáculo do sacro Concílio de Constança, vivificaram por toda a terra a Ordem que desfalecia, ou melhor, que estava quase morta. Recentemente, porém, nestes dias, quase na última hora, apareceram outros homens zelantes da casa de Israel, que cortaram o bosque sagrado e demoliram os templos; e contudo, *onde abundava o delito*, com a ajuda do Senhor, trataram de introduzir um modelo de reforma, para que *superabundasse a graça*. Mas, do mesmo modo que entre aqueles trabalhadores da vinha da parábola evangélica, quando os últimos foram equiparados aos primeiros, surgiu um grande murmúrio, assim como reclamações de Reis, Príncipes, Comunidades e Povos.

Ouvimos dizer que entre alguns mestres desta Religião existem litígios graves e disputas bem como discórdias em ocasião de reunião de superiores ou a nível de autoridades aumentando dia a dia em todo o mundo. Por esta razão, Nós, em cuja alma desde o início mantivemos uma ardente devoção aos mestres desta Ordem e à Ordem inteira, agora de fato em virtude da incumbência da administração e condução da pastoral da comunidade, que desempenhamos sem merecer, somos tanto ardentemente provocados desta maneira à retenção dos litígios dos agricultores e fazer cessar as murmurações, a modo daquele administrador do Evangelho, quanto frequentemente estamos preocupados em reconhecer os frutos abundantes e contínuos provenientes da vida exemplar deles e da sã doutrina da Igreja universal. Não menos contínuas são as súplicas e pedidos dos Príncipes cristãos, especialmente os nossos queridos filhos em Cristo, Maximiliano Imperador eleito e Francisco Cristianíssimo dos Franceses e Carlos Católico das Espanhas, Henrique VII da Inglaterra, Emanuel de Portugal e de Algarve, Ludovico da Hungria e da Boêmia,

Sigismundo da Polônia e ainda Cristierno de Dácia, Reis ilustres, e alguns outros Príncipes, Duques, Condes, Povos, Comunidades, que nos provocam para fazer um pacto e acabar com as divisões que surgiram na Ordem de São Francisco.

Portanto, tendo designado em Consistório secreto alguns dos nossos veneráveis Irmãos Cardeais da Santa Igreja Romana, encarregamos e impusemos a eles que indagassem diligentemente desta maneira as causas e as origens das disputas e divisões, e estudassem a fundo remédios oportunos a fim de acalmar tais litígios. Eles, após longo exame e maturadas discussões, fizeram um relatório com muita diligência e fidelidade. Nós, depois de ponderar com muita atenção as questões que foram tratadas e examinadas por eles, para chegar desta maneira à concórdia, e depois de ter tratado também sobre elas no dito nosso Consistório junto com outros Cardeais da Igreja Romana para uma deliberação madura, e com a opinião unânime deles, julgamos prescrever do seguinte modo à referida Ordem:

Que em primeiro lugar constatamos diversidades entre os Prelados, a imobilidade de alguns, outros Frades certamente com vida não reformada, de maneira que são as principais causas dos litígios e das divisões. Por causa disso, queremos e ordenamos, segundo o conteúdo da Regra do Beato Francisco, que seja colocado à frente um único Ministro Geral para toda a Ordem com plenos poderes, que lhe permite a Regra, sobre todos e cada um dos Frades desta Ordem, a quem todos e cada um dos mencionados Frades estão obrigados a obedecer firmemente em tudo que não seja contra Deus, a sua alma e a Regra. Este Ministro Geral na verdade exercerá seu ofício de Geral por no máximo seis anos. Neste período de tempo, se parecer ao conjunto dos Ministros provinciais e Custódios que o dito Ministro Geral não é capaz de servir adequadamente à utilidade comum dos Frades, eles, a quem compete eleger o Ministro Geral, têm o dever de eleger um outro em nome do Senhor. Este será colocado à frente por seis anos completos, por isso terá o ofício do Generalato reconhecido como tal da parte de todos. A eleição do sucessor deve ser feita somente pelos Ministros provinciais e Custódios reformados tanto os Cismontanos quanto os Transmontanos, no Capítulo Geral da Ordem, na festa de Pentecoste, no lugar em que o Ministro Geral do Capítulo Geral precedente tiver estabelecido. A este Capítulo devem participar todos os Ministros e Custódios, e sejam vogais tanto Cismontanos quanto Transmontanos. E para que o cabeça não pareça diferente dos seus membros, queremos e também ordenamos que nenhum frade possa ser eleito Ministro Geral se não leva uma vida reformada e seja reconhecido como tal pela comunidade dos reformados. Na referida eleição do Ministro Geral, nenhum tenha voz se não for reformado e não for reconhecido como tal pela Congregação dos reformados. Se no futuro alguém tentar algo contrário, será tido como inválido e nulo. Por isso, a eleição do Ministro Geral será celebrada na próxima festa de Pentecostes no Convento de Araceli em Roma, de acordo com uma outra nossa ordem contida em uma carta em forma de Breve. Estabelecemos que devem celebrar a dita eleição todos os Ministros e Custódios reformados, os Vigários e Discretos dos frades ou família da Observância. E para que a dita eleição do Ministro Geral seja realizada, de acordo com a Regra, pelos Ministros Provinciais e Custódios e seja celebrada livremente de acordo com as intenções da mesma Regra, e sem embaraço, declaramos que todos os Provinciais e Vigários dos frades da Observância ou Família são verdadeiros Ministros; ordenamos e instituímos assim para efeitos da eleição. Declaramos ainda que os discretos deles são Custódios. Quanto aos outros Frades reformados, queremos que nas Províncias, nas quais os Ministros ainda não são reformados, nem tidos como tais, sob os quais estão alguns Conventos reformados, dois Frades eleitos pelos citados Conventos reformados, conforme o teor das outras cartas nossas redigidas na forma de Breves,

sejam suplentes somente por esta vez dos Ministros não reformados da ditas Províncias. Concedemos ainda aos Frades da Congregação de Frei Amadeu, dos Clarenos, do santo Evangelho ou Capucho, para cada Província nas quais existem conventos, além das vozes de seus Vigários, duas vozes somente por esta vez. Definimos e também declaramos que esta eleição do Ministro Geral a ser realizada pelos relacionados Frades é canônica segundo a Regra dos Frades Menores e a forma transmitida pelo beato Francisco na Regra. E para que na mesma Ordem, quanto for possível com Deus, seja conservada a paz e nutrida a caridade em abundância entre os Frades Cismontanos e Transmontanos da mesa Ordem, ordenamos que, se for eleito um Ministro Geral dos Cismontanos para ser colocado à frente por seis anos, nos seguintes seis anos deve ser eleito um dos Frades Transmontanos. Queremos que este modo alternado das vezes seja observado pelos Frades *in perpetuum*. Na verdade, como constatamos que esta Ordem dilatou-se de modo admirável por todo o universo da Cristandade, e para que não tenha deste modo um débito na ação pastoral por causa desta amplitude, julgamos necessário que quando um Ministro Geral dos Cismontanos for eleito, se institua um Comissário Geral nas regiões Transmontanas a ser eleito pelos próprios Frades Transmontanos. A ele o Ministro Geral confie a tarefa de presidir sobre os Frades Transmontanos em seu lugar, conforme for definido pelo Capítulo Geral. De modo que, todavia, o Comissário esteja sujeito de qualquer maneira ao Ministro Geral, como por outro lado, estão sujeitos os outros ditos Prelados da Ordem e obrigados a obedecer em tudo segundo a Regra. Porém, se o Ministro Geral for eleito dentre os Frades Transmontanos, então um Comissário Geral paritário deve ser instituído do mesmo modo como foi dito e estabelecido acima para o Comissário Transmontano. Este Comissário Geral exercerá sua função somente por três anos e, quando findar o triênio, deve-se instituir um novo Comissário através do Ministro em Capítulo Geral a ser eleito conforme já dito, segundo o parecer dos Frades Transmontanos ou Cismontanos sobre o Comissário.

O Ministro Geral poderá ausentar-se de sua sede, escolhida para os seus seis anos, e transferir-se para outro lugar de sua escolha, porém neste tempo de sua ausência poderá deixar em seu lugar um Comissário, conforme o parecer e o consenso dos Definidores do Capítulo Geral. E naquelas áreas nas quais nos ditos seis anos não terá um Comissário Geral, o Ministro Geral deverá celebrar um Capítulo Geral no primeiro triênio dos referidos seis anos, ao qual participarão os Vogais daquelas áreas de onde ele saiu; e de modo semelhante deverá celebrar um outro Capítulo nas áreas de onde ele não saiu, pessoalmente ou por um seu Comissário, ao qual deverão acorrer todos os Vogais daquela área. Ou sobre isto seja feito o que o Ministro Geral com o Capítulo Geral julgarem oportuno.

Continuando, quanto aos Ministro Provinciais, nas Província nas quais os Ministros ainda não são reformados, ou que não são reconhecidos como reformados, declaramos, decidimos e ordenamos que os Vigários dos Frades da Observância ou Família das respectivas Províncias deles, de agora em diante são de fato e sem dúvidas Ministros dessas Províncias e, além disso, eles devem ser chamados com o nome de Ministros, a quem submetemos plenamente, como dito acima, todos e cada um dos frades, como também as casas e os lugares onde moram nas referidas Províncias. E ao Geral e aos demais Ministros Provinciais chamamos *de família*, decidimos e concedemos perpetuamente a mesma autoridade e potestade dos Gerais e Vigários Provinciais até agora atribuída e concedida. Ordenamos aos ditos Frades e também àqueles que observam a Regra do beato Francisco pura e simplesmente, que em tudo obedeçam, segundo a Regra, aos ditos Ministros por Nós assim declarados e constituídos, como seus verdadeiros Ministros provinciais.

Por fim, para que Ordem não chegue a cair em ruína de novo a causa da imobilidade dos Ministros Provinciais, queremos e ordenamos que os referidos Ministros Provinciais não podem continuar em seus ofícios além de um triênio, pelo que transcorrido o triênio, sejam considerados por todos os Frades fora de seu ofício. Poderão, todavia, durante o referido triênio, serem removidos do ofício de Provinciais pelos seus Capítulos Provinciais, celebrados segundo a Regra e os costumes, se forem considerados inúteis; o mesmo seja dito em tudo para os Custódios. Nenhum de fato seja eleito Ministro Provincial ou Custódio ou possa ter voz na eleição deles, se não conduz uma vida reformada e seja tido como tal pela comunidade dos reformados daquela Província, da qual deve ser colocado à frente. Qualquer coisa que seja tentada em contrário, será *ipso facto* considerada inválida e nula.

Além disso, como se fará frequente menção aos reformados, que pura e simplesmente observam a Regra do beato Francisco, queremos e declaramos que sob o nome de reformados, que pura e simplesmente observam a Regra do beato Francisco, sejam compreendidos todos e cada um dos seguintes descritos: naturalmente os Observantes, tanto da Família quanto os reformados sob os Ministros, aqueles de Frei Amadeu, dos Coletanos, dos Clarenos, do santo Evangelho ou do Capucho, aqueles chamados Descalços, ou outros chamados de modo semelhante e que observam pura e simplesmente a Regra do beato Francisco. Todos estes citados acima unimos para sempre fazendo deles juntos um só corpo. Desse modo, de hoje em diante, deixada toda diversidade de nomes ditos acima, sejam chamados *Frades Menores de São Francisco da Regular Observância*, juntos ou separadamente, assim podem e devem ser chamados. Todos e cada um, unidos, como já dito acima, devem submeter-se em tudo e por tudo segundo a Regra, ao dito Ministro Geral, aos Ministros Provinciais e Custódios nas respectivas Províncias e Custódias em que moram. Os Conventuais então que vivem segundo os privilégios, do mesmo modo devem submeter-se aos mesmos Ministros Gerais e Provinciais, de acordo com o que declararemos em nossas próximas cartas.

Quanto ao resto, para que seja retirada totalmente da Ordem toda dissensão, todo escândalo e toda parcialidade estimulada dentro da própria Ordem, ordenamos firmemente e mandamos sob pena de excomunhão *latae sententiae*, incorrendo *ipso facto*, da qual ninguém pode ser absolvido, a não ser em caso de morte, se não por nós ou pela Sé Apostólica, que nenhum frade da Ordem de São Francisco chame maliciosamente, zombando ou censurando um outro frade da mesma Ordem de Privilegiado, Coletano, Bulista, Clareno, do Evangelho ou do Capucho, Bigoto, ou com qualquer outro nome novo inventado, ou por acaso no futuro aproveitar ocasião das precedentes divisões da própria Ordem, ou desta nossa santa instituição e união, composta pela graça do Espírito Santo, nomeando-o de irrisório, injurioso ou ofendendo-o de qualquer modo ou fazendo sofrer. E a todos, tanto os clérigos, quanto aos leigos, não chamem os Frades como dito acima irrisoriamente ou maliciosamente, mas todos os Frades desta Ordem sejam chamados, entre eles e pelos outros, Frades Menores, como dito acima, ou de São Francisco.

Também instituímos além disso que nenhum frade reformado possa ser mandado por qualquer Prelado da Ordem, nem pelo Ministro Geral, para morar num convento não reformado ou não considerado reformado; a não ser que os Capítulos Provinciais vejam um mal menor permitir a algum frade ir para um convento não reformado do que reter tal frade com os reformados; neste caso os Prelados podem enviar um ou mais frades reformados para um convento ainda não reformado. Instituímos sob pena de excomunhão *latae sententiae*, que todos e cada um dos Conventuais que vivem

segundo os privilégios, Prelados ou Frades, não ousem receber dos referidos reformados senão no modo descrito acima. De modo semelhante, que nenhum dos ditos Frades reformados, sob a mesma pena, afaste-se de algum modo da obediência a seus Ministros como descrito acima. E para que não haja introdução de novos gêneros de vida na referida Ordem, levando ao surgimento de rixas dentro da Ordem novamente, queremos, e em virtude da santa obediência, firmemente prescrevemos e mandamos que não seja introduzido nenhum novo gênero de vida ou reforma na referida Ordem, ou que seja feita sem consenso expresso do Ministro Geral ou dos Ministros Provinciais reformados em suas respectivas Províncias: de modo que a dita reforma seja submetida ao próprio Ministro Geral e aos Provinciais reformados, em tudo segundo a Regra, como está expresso acima para os reformados. Portanto, subordinamos e incorporamos em suas respectivas Províncias para sempre todas as casas, lugares e eremitérios que os Frades da Observância ou Família, ou outros reformados sob Ministros, seja de qualquer maneira assim chamados, mantém ou possuem, sob o Ministro Geral ou os Ministros Provinciais reformados por nós instituídos e declarados. Queremos que os mesmos Ministros ou seus sucessores tenham, possuam, rejam e governe para sempre estes mesmos lugares.

Chamamos para nossa responsabilidade e extinguimos qualquer litígio nascido destas questões, levado diante de qualquer juiz ordinário ou delegado, ou ainda dos Cardeais da S.I.R., ou ao dito Protetor da Ordem, ou dos auditores do nosso sacro Palácio, ou mesmo dos Comissários Apostólicos seja na Cúria Romana, seja fora dela, tanto entre os Prelados quanto entre os súditos, em qualquer estado ou instância, tanto na defesa quanto na petição ou no espólio, tendo qualquer pretensão, mesmo que em precedência estivessem sob a obediência do Capítulo dos Frades Conventuais da dita Ordem, e impomos às partes silêncio perpétuo. Caçamos e anulamos as sentenças e os processos sobre esta matéria movidas por qualquer juiz, daí com qualquer resultado, embora tais litígios interessassem os lugares dos Frades e dos bens daí recebidos, ou por qualquer outro motivo que seja ocasião ou causa de agitação.

E instituímos, prescrevemos e mandamos que nenhum dos Frades Conventuais, nem dos seus juízes ou qualquer um outro, presuma de atentar, procurar, julgar ou pronunciar, em juízo ou fora dele, algo contrário à nossa declaração, instituição, inovação, união e incorporação, sob pena de excomunhão *latae sententiae*, com privação dos bens obtidos e também com a proibição de obter outros no futuro, mesmo que no futuro fosse comissionado, ou confiado por Nós.

Enfim, segundo as exigências dos lugares, das pessoas e dos costumes, em vista da manutenção da reforma, por graça divina já introduzida na Ordem para toda a Cristandade, tudo seja examinado com justiça e discernimento, queremos ordenar e instituir que, para o Capítulo Generalíssimo a ser celebrado proximamente, tenham em conta alguns Frades dos mais experientes, dos doutores e mais preparados, tomados das diversas regiões, que recolham juntos tudo que julgam apropriado para a manutenção da reforma, da verdadeira observância da Regra e da devida execução desta nossa constituição, a ser aprovada por todo o Capítulo ou pela sua maioria, e finalmente por nós assegurada pelo patrocínio da confirmação Apostólica.

E ainda mandamos por escritos Apostólicos que o atual Auditor Geral da Câmara Apostólica e também todos os Arcebispos, Prelados da Igreja e qualquer pessoa constituída em dignidade eclesiástica, publiquem solenemente estas nossas cartas com todo seu conteúdo, onde e quando julgarem oportuno; e todas as vezes que for pedido por parte do Ministro Geral e dos Ministros Provinciais dos reformados e de qualquer um deles, lhes assistam com o apoio de uma defesa eficaz e façam com que

todos e cada um possa usufruir e gozar pacificamente da nova condição e não permitam que alguém lhes moleste de qualquer modo, seja qual for a autoridade que exerça. Os contraditores sejam contidos com censuras eclesiásticas e outros meios jurídicos, e se fosse necessário, buscando apelo de braço secular.

Não obstante qualquer carta Apostólica e indultos, também aqueles do Sacro Concílio de Constança, derogamos expressamente, mesmo com alguma oposição, as cláusulas superiores solenes e insólitas concedidas ou porventura a conceder no futuro, aos Frades da referida Ordem, Famílias, Congregações, Denominações, ou qualquer um deles, seja dos autores ou dos fundadores, Conventuais ou Reformados, da Família dos Frades, sob qualquer denominação, mesmo que fosse necessário e precisasse continuamente fazer menção especial, expressa, particular e literal.

Enfim, como seria difícil entregar estas nossas cartas em todos os devidos lugares onde deveriam chegar, queremos e com autoridade Apostólica decretamos, que as cópias autenticadas por um notário público e munidas do carimbo de algum Prelado eclesiástico, quando forem recebidas, sejam como dignas de fé, em juízo ou fora dele, como exibidas e expostas as originais.

Portanto, a ninguém seja lícito e nenhum homem ouse infringir ou audaciosamente contrariar esta página da nossa instituição, definição, submissão, concessão, ordenação, declaração, união, estatuto, sujeção, incorporação, convocação, imposição, cassação, extinção, inibição, preceito, mandato, derrogação, vontade e decreto. Se alguém, pois, presumirá de tentar, saiba que incorrerá na indignação de Deus onipotente e dos beatos Pedro e Paulo.

Dado em Roma, junto a São Pedro, no ano da encarnação do Senhor de 1517, 17 de maio, V ano do nosso pontificado. Bembo Tomás de Binis

II PARTE

APROFUNDAMENTO HISTÓRICO E TEOLÓGICO

Capítulo I

Percorrendo de novo as vicissitudes da *Ite vos*. Esperanças falidas da *Bulla Unionis*

No contexto da “grande história”

Para avaliar o alcance histórico efetivo da *Ite vos* é necessário inseri-la no contexto das vicissitudes da Europa e do papado entre os últimos decênios do século XV e os primeiros do XVI. Um período atormentado e complexo para a história da sociedade, dilacerada por guerras pela supremacia territorial, promovidas pelas grandes potências da Europa. O papado foi totalmente envolvido nisto; a Igreja inteira era solicitada pelas diversas partes para uma profunda reforma “*in capite et membris*”, tarefa que deveria assumir o concílio convocado junto ao Latrão no ano 1512 e encerrado sem grandes resultados exatamente em 1517. A partir desse ano, o conjunto eclesiástico e a própria sociedade civil eram sacudidas pela tempestade do protestantismo. Contextualmente o horizonte geográfico e histórico estava dilatando-se sem medidas com o envolvimento de potências políticas e de atores religiosos, umas e outros envolvidos na “corrida rumo ao novo mundo”. Entre estes atores se distinguiram particularmente os Observantes, empenhados em alargar as fronteiras da cristandade, em alguns

casos com suportes e métodos discutíveis. A este contexto, somam-se os eventos traumáticos e de grande alcance que por mais de vinte anos dilaceraram o território italiano, as chamadas “guerras da Itália” (1494-1521), que assumem uma importância relativa, mesmo que tenham envolvido os principais soberanos da Europa. No prosseguimento dramático de tais guerras, teve um eco particular o assim chamado “saque de Roma”, enquanto envolveu muitas partes da contestada capital da Igreja do Ocidente e o papado, que mais uma vez se envolveu nas lutas pela supremacia das grandes potências; em maio de 1526, Clemente VII havia promovido uma coligação anti-Habsburgo, em reação à qual Carlos V, em 1527, marchou contra a própria Roma e seus Lansquenets, colocando em risco a vida do pontífice que se salvou refugiando-se no Castelo de Santo Ângelo. Enquanto isso vinha do oriente o desafio mortal do império otomano que mirava o próprio coração da cristandade, depois de ter ocupado boa parte dos países da Europa sul-oriental. Neste contexto multiplicavam-se as profecias do fim da Igreja romana e do Império, isto é, da história secular da Europa.

O pontificado nos primeiros decênios do séc. XVI e as expectativas da cristandade

Júlio II (o frade menor Juliano della Rovere, sobrinho-neto de outro franciscano, Sisto IV) assumindo o trono pontifício em 1503, de “natureza enérgica e terrível”, como o definiram seus contemporâneos, tinha prodigado todo o seu empenho em respaldar politicamente a potência do Estado da Igreja. Diante dos problemas gerais da cristandade, necessitada de reformas profundas, ele tinha demonstrado uma certa estranheza. O próprio Concílio de Lateranense V foi convocado por ele e aberto no dia 03 de maio de 1512, nem tanto para responder às exigências de reforma da Igreja, e mais para contrapor-se à iniciativa “conciliar” do rei francês Luís XII, o qual, em guerra contra o papado, tinha promovido em Pisa, em 1511, uma assembleia dos bispos que, apesar da pouca participação (6 cardeais, 24 bispos, alguns abades, juristas e teólogos, sendo a maior parte franceses) e colocava como concílio ecumênico. Durante o pontificado do Júlio II foi sempre mais clara a expectativa de “papa angélico”, que restaurasse o caráter eminentemente pastoral do vértice da cristandade. Expressão de tais expectativas palinológicas é o texto enviado por Paulo Giustiniani e Pedro Querini ao novo pontífice no verão de 1513, pouco depois de sua eleição (março de 1513): *Libellus ad Leonem X*. Nele os autores vislumbravam o possível autor da reforma moral e institucional da Igreja romana. Com a chegada de João de’ Medici ao sólio pontifício, de fato, muitos esperavam a concretizável promessa do reflorescimento religioso da Igreja com o fim do envolvimento pontifício na trágica estação das guerras da Itália. As intenções do pontífice pareceram de fato pacíficas na tentativa de reconciliar os soberanos europeus. Porém, foi obrigado a reconhecer a ineficácia de seus auspícios de paz diante das grandes potências que imediatamente depois de sua eleição reativaram as operações bélicas para dominar a península itálica. Então ele começou uma cuidadosa política de proteção ao papel arbitrário do papado, mas depois acabou envolvendo-se também nas contendas: com o objetivo de realizar as aspirações do sobrinho, Lourenço de’ Medici, sobre o ducado de Urbino, desencadeou a chamada “guerra de Urbino”, que concluiu-se depois de oito meses de enfrentamentos armados, em outubro de 1517, exatamente no ano da emissão da bula, tema de nosso encontro. Mas foram outros, e bem mais grave, os acontecimentos que naquele ano sacudiram a Igreja do ocidente.

Ano 1517: ano de mudança de rumo na Igreja do ocidente

No dia 16 de março de 1517 concluíam-se o V Concílio de Latrão. O antigo problema da reforma da Igreja “in capite et in membris”, para o qual o concílio deveria ter dado uma resposta respeitável, ficou substancialmente sem solução, pois foi tratado inadequadamente. Diante das propostas provindas de diversas partes, os decretos conciliares – alguns dos quais pareciam ir na direção certa – apareceram modestos e sobretudo ineficazes em termos seja de reforma moral, seja de necessidade de renovação doutrinal.

A propósito disso, é duro o juízo de um especialista da história dos concílios da primeira idade moderna: “os decretos do V Concílio de Latrão serão sufocados pela indiferença do papa (...) e pela má vontade da cúria, pouco interessada em modificar os próprios hábitos (...) O ganho mais durável deste concílio é aquele de ter dito a palavra fim às teorias conciliaristas, reconhecendo a superioridade do papa”. “Indiferença do papa” e “má vontade da cúria”, dois fatores que naquela ocasião, e não apenas naquela ocasião, são chamadas a responder historicamente diante das razões da ineficácia dos decretos conciliares.

Também é destacado um outro agente, mais vigoroso, que fez detonar a rebelião de boa parte da cristandade ocidental: “a entrada em cena de Lutero, sete meses e meio depois do seu (do Concílio) encerramento e a formidável aceleração do processo reformador que daí derivou tornou irrisórias as medidas que o concílio havia previsto, se fossem minimamente aplicadas”. Exatamente em 1517 chegavam, de fato, à maturação as teses de Lutero, que no desenrolar sucessivo levaram à fratura definitiva dentro da Igreja do ocidente. No dia 31 de outubro de 1517, o frade agostiniano publicou as famosas e discutidas 95 teses, dando vida a um processo de reação, ou melhor, de revolta contra a Igreja de Roma, que encontrou terreno fértil junto a alguns príncipes alemães com consequências traumáticas para a própria Igreja e para toda a cristandade do ocidente. Infelizmente Leão X subestimou, pelo menos inicialmente, o fenômeno, definindo-o “brigas de frades”.

A lte vos e os seus precedentes

A lte vos parece um “pequeno episódio” no complexo contexto de uma série de acontecimentos que a superam. A sua “história”, com seus antecedentes e suas consequências, não tem algum impacto nas sínteses historiográficas que se ocupam com o período entre fins do séc. XV e os primeiros decênios do séc. XVI, nem mesmo as monografias específicas que abraçam tal período e os seus principais atores, incluindo Leão X, fazem alguma referência a este acontecimento na esfera interna da Ordem minorítica. Para encontrar algum tratado é preciso buscar nos estudos de historiografia franciscana.

Contudo, tais eventos ignorados pela “grande historiografia” envolveu os atores de um história bem mais ampla e aos mais altos níveis da política internacional: na bula são recordadas as pressões por parte dos diversos reinantes e governos da época, dos reis dos estados espanhóis, ao monarca francês, à república de Veneza, os quais esperavam uma solução para as contraposições dentro da Ordem minorítica. Motivos bem mais contingentes levaram o pontífice a tentar reestabelecer a união, emitindo disposições a favor do núcleo mais vigoroso e ativo, o núcleo dos Observantes. Leão X era pressionado pela necessidade de reequilibrar a situação financeira da cúria romana, prejudicada pelo forte gasto de dinheiro para sustentar as iniciativas político-militares. Além disso, incumbiam as fortes exigências de despesa para a construção da Basílica de São Pedro. Sobre os trilhos de uma já secular tradição, o sustento econômico para a construção dos lugares de culto vinha solicitado e “premiado” com a

concessão de indulgências. Tratando-se da igreja principal da cristandade do ocidente, a ocasião era boa para recolher fundos com a atração de extraordinárias somas enviadas. A pregação a propósito é confiada ao dominicano Johan Tetzl, o qual se fez promotor de um modo totalmente atrevido, a ponto de se dizer, não sem razão, de uma “venda extraordinária”. Também os Observantes, alguns dos quais, infelizmente, desprovidos e ignorantes, se empenharam em tal pregação. O dinheiro recolhido por eles, muito superior em relação aos “pregoeiros” das outras Ordens religiosas, não podia deixar de receber a “benévola acolhida” de seus pedidos feitos ao pontífice.

A complexidade da situação interna da Ordem

Com o objetivo de compreender como e porque em um contexto atormentado como aquele que acabamos de resumir nesta introdução, e para não reduzir a decisão de Leão X a um fato de prêmio a favor dos Observantes, é preciso percorrer de novo o já secular acontecimento das tensões no conjunto da Ordem minorítica. É esclarecedor levar em consideração as relações entre as diversas famílias dentro da própria Ordem e as iniciativas dos supremos responsáveis. A imagem que surge é muito mais variada do que aquela normalmente apresentada que, simplificando, coloca frente a frente Conventuais e Observantes, quase como se fossem os únicos grupos compactos e contrapostos. A própria lre vos elenca uma longa série de grupos reformados, cada um dos quais tendia a uma própria autonomia.

Mas vamos por ordem. La carta pontificia, depois de ter elencado os diversos agrupamentos ou famílias, mais ou menos autônomos (Conventuais, Observantes cismontanos, Obsrvantes ultramontanos, Reformados sub ministris Coletâneos, Amedeitas, Clarenos, Guadalupenses ou do Evangelho), indica nesta fragmentação a fonte, não só de divisão, mas de discórdias e de contrastes. É de notar como é qualificada a situação: graves lites, iurgia et dissentiones. O que mais chama a atenção em uma Ordem na qual todos se chamam “frades menores” são os motivos de tais “graves litígios, contendias, discórdias”: *occasione superioratum et perfectionis graduum*. Aqueles que deveriam considerar-se e ser “menores” confrontam-se por motivo de “superioridade” e cada um atribui a si o maior “grau de perfeição”, obviamente considerando os demais como “imperfeitos”, ou menos perfeitos!

Na verdade, com o objetivo de superar tais profundas divisões, nos anos imediatamente precedentes, a partir da eleição de Egídio Delfini como Ministro Geral em 1500, foram apresentadas propostas no intuito de reconduzir a Ordem à uma unidade. O novo responsável hierárquico, eleito no Capítulo dos Conventuais, empenhou-se com diversas iniciativas para a reunificação dos vários agrupamentos. Porém, os seus esforços tinham provocado apenas desconfianças: os frades da Observância viam em seu projeto uma ameaça à própria independência; os Conventuais, por outra parte, não partilhavam o seu apoio às ideias rigorosamente reformistas do seu colaborador mais próximo, o coletano Frei Bonifácio de Ceva.

O Ministro Geral, desde o início de seu mandato tinha elaborado novas constituições para uma reforma geral da Ordem, os assim chamados *Statuta Alexandrina*, porque foram ratificados por Alexandre VI, em 13 de março de 1501. Para obter a reunificação, o frei Egídio Delfini viajou pela Europa propondo encontros entre as diversas famílias e tentando , envolver os Observantes, o grupo mais robusto e sustentado pelos poderosos da época: se pensa no Arcebispo de Toledo Francisco Ximénez de Cisneros, o qual defendia a Observância e pretendia conseguir um objetivo bem diferente daquele o Ministro Geral. Os próprios reinantes da Espanha,

Fernando e Isabel, dos quais o Frei Egídio Delfini tentou obter o apoio contra o Bispo Ximénez, se juntaram a favor dos Observantes.

Nos esforços para realização do seu projeto o Ministro Geral tinha o apoio de um colaborador animado por rigorosos propósitos de “reforma”, Frei Bonifácio de Ceva: personalidade de relevo do reformismo dos Coletâneos, o qual tinha elaborado um desenho de uma vasta reforma das Províncias de Borgonha e de Aquitânia e da França por meio de uma gradual conquista dos conventos por parte dos frades da sua família que vivia sob a obediência dos superiores Conventuais. Também os Observantes deveriam ter sido atraídos nesta órbita, de modo que se chegasse à reconstituição de todos os franciscanos em uma só grande família caracterizada pela mais estreita observância da regra franciscana, que o Frei Bonifácio considerava intangível. Para atingir o seu objetivo, ele colocou-se do lado do empenho de unificação do Frei Egídio, o qual apoiou a campanha reformadora de Frei Bonifácio no sul da França. Em um Capítulo da Província de Borgonha, celebrado em 18 de junho de 1503, foi imposta a unificação de todas as famílias e congregações franciscanas da região, submetendo de fato, sejam os Conventuais, sejam os Observantes à direção dos Coletâneos. No Capítulo Geral dos Conventuais, convocado em Troyes no dia 26 de maio de 1504, Frei Bonifácio foi nomeado para a direção da reforma na qualidade de Ministro pela Província da França e de Comissário Geral nas outras Províncias de Borgonha e de Aquitânia. Depois de várias tentativas de convocar os representantes de todas as partes em causa, chegou-se ao acordo, no qual seriam representadas as diversas famílias da Ordem em 1506. Neste “Capítulo generalíssimo” Frei Egídio Delfini foi substituído na direção da Ordem pelo Conventual Frei Rainaldo Graziani. Poucos dias depois, Frei Egídio, já idoso e desgastado pelas fadigas pela reunificação da Ordem, morria, quase que em paradoxo, no convento dos Observantes de Santa Maria la Nova em Nápoles.

Pelo Capítulo foi nomeada uma comissão presidida por Frei Bonifácio de Ceva que, entre 1506 e 1508, elaborou novos Estatutos, chamados Julianos, pois foram aprovados por Julio II. O pontífice, porém, retirou logo a sua aprovação, mantendo um comportamento oscilante, a favor ora dos Conventuais, ora dos Observantes. O pontífice chegou a colocar novamente em discussão mesmo as bases da reforma de Bonifácio: no dia 18 de fevereiro de 1510, cedendo a pressões dos Observantes, anulava os estatutos ratificados precedentemente, justificando-se através da declaração de que tais constituições lhe foram *magis extorte quam impetratae* pelo Frei Rainaldo e pelo Frei Bonifácio; e ainda estabelecia que as congregações menores, incluindo os coletâneos, *etiam sub Bonifacio provinciae Franciae... ministro* viessem incorporadas pelos frades da Observância. O Frei Bonifácio não deu-se por vencido, ao invés, ficou ainda mais estimulado no espírito combativo. Ele que, fazendo-se religioso não tinha modificado seu caráter combativo de sua precedente profissão de militar, apelou ao Parlamento de Paris, diante do qual, em janeiro de 1511, manteve uma viva discussão com o comissário ultramontano dos Observantes, Frei João Silvestris. As atas do debate foram publicadas por ele em Paris, nos *Articuli in supremo parlamento Senatu Parisiensi ad... Ludovici XII iussum... convocatis partibus duarum Observantiarum eiusdem Ordinis... exhibitii*. Os seus adversários recorreram à faculdade teológica de Sorbone. A faculdade decidiu, em 1514, a controvérsia dando vantagem aos Observantes, enquanto permanecia ainda em aberto o procedimento junto ao Parlamento parisiense. Enquanto isso, o Frei Bonifácio de Ceva tinha publicado a sua obra de maior empenho, o *Firmamentum trium ordinum beatissimi patris nostri Francisci* (Paris, 1512), que teve boa sorte, enquanto recolhia uma série de textos sobre São Francisco, incluindo muitos escritos dele ou a ele

atribuídos. O objetivo era propor formas primitivas que pudessem constituir uma sólida base (*firmamentum*) para um possível retorno às propostas e ao exemplo de Frei Francisco.

Em seguida Frei Bonifácio empenhou-se em reunir as partes em convênio, que foi convocado a Gand em 1516 por Carlos de Asburgo, o qual, tornando-se ainda muito jovem, com apenas 16 anos, além de rei de Aragão, também Duque de Borgonha, decidiu intervir nas contendas dos franciscanos daquela parte da Província da França que caía sob a sua jurisdição. No convênio Frei Bonifácio fez uma intervenção sob delegação do provincial de Colônia. No final das discussões o Duque, com uma decisão típica de suas orientações reformistas entendidas no sentido conciliar, propôs de reenviar a questão ao Concílio de Latão, então em andamento. Frei Bonifácio, que tinha aderido à proposta, alguns meses depois publicava em Paris um *Defensorium elucidativum observantiae regularis fratrum minorum*, um violentíssimo ataque contra os seus adversários Observantes que colocava a palavra fim a toda esperança de um acordo. O Concílio nomeou uma comissão cardinalícia, ladeada por quatro frades menores, com a incumbência de redigir um texto para a solução dos contrastes. Assim foi predisposta a minuta da *Ite vos*, que na formulação preparatória iniciava com a citação exata da passagem da parábola da vinha na Vulgata: *Ite et vos*. Notam-se os nomes dos assinantes do rascunho: ao lado dos quatro cardeais estão representados somente os reformados e três expoentes dos Observantes. Porta-voz dos Conventuais foi nomeado o próprio Frei Bonifácio, que também era um reformado. Esta foi uma de suas últimas batalhas: Francisco I, no dia 18 de março de 1517, proibiu-lhe qualquer publicação escrita. Poucos dias depois, no dia 12 de abril, o frade morria. Daí um mês foi publicada a *Ite vos* (nota-se que foi cancelado o *et* que aparecia no rascunho).

Nos retivemos mais sobre os precedentes que levaram o pontífice a emitir a *Ite vos*. As várias intervenções de uma e de outra parte, às quais acenamos, evidenciando como o litigioso visse em campo sobretudo os dois núcleos mais consistentes dentro da Ordem: os Conventuais e os Observantes. Os outros múltiplos grupos permaneceram à sombra, exceto aqueles que conseguiram ter um peso, por serem representados por um personagem de relevo e combativo; foi exatamente o caso dos Coletâneos, graças ao Frei Bonifácio de Ceva, que puderam jogar um papel de primeira importância e pareciam ter vencido a partida, mesmo que por um breve período, em uma área importante como aquela das três Províncias da França. A vitória final, se pudesse falar em vitória final, foi da parte dos Observantes, que se apoiavam em poderosos nas diversas regiões, tais como o cardeal Francisco Ximénez de Cisneros e os reinantes da Espanha; na França, Luís XII parecia estar acima das partes, mas o seu sucessor, Francisco I, inclinou-se aos pedidos dos adversários do Frei Bonifácio, decretando-lhe o fim das suas polêmicas intervenções escritas.

A carta pontifícia de 1517 tinha o intuito de colocar um fim no litígio e reconstruir a união dentro da Ordem. De fato, sancionou a “vitória” dos Observantes, ou ao menos a absoluta prevalência institucional deles. Para o resto, a história dos frades menores nos decênios imediatamente sucessivos à emissão da *Ite vos* evidencia que os propósitos específicos, expressamente indicados, não surtiram nenhum resultado na direção da reunificação. De fato, as decisões de 1517 podem ser definidas como “história de uma falência, ou de uma ilusão”, apesar das expectativas dos protagonistas, inclusive do principal ator, Leão X.

Os conteúdos da *Ite vos* 29 de maio de 1517

Um exame rápido da bula aparece em evidência os termos do litígio e as soluções propostas sempre a vantagem da Observância. O discurso da carta apresenta-se como um comentário da parábola dos chamados em tempos sucessivos a trabalhar na vinha: uma paráfrase obviamente esculpida sobre a situação da Ordem minorítica. A vinha representa a *Religio Minorum Fratrum*, os operários das diversas horas são as várias “gerações” de franciscanos; aqueles da última hora (a presente, segundo um “topos” utilizado há séculos) são os reformados. As intenções do pontífice a favor da reforma são já assinaladas na significativa omissão do *et* do escrito do rascunho. Na tentativa de reunir os diversos componentes do variado mundo minorítico, são dadas disposições para um Capítulo generalíssimo, no qual devem ser representados os diversos grupos dos reformados que são distintamente elencados: os *reformati sub ministris*, os Amadeitas, os Clarenos, os Guadalupenses ou *de evangelio*. Mas a eleição do Ministro Geral é reservada aos “vogais”, isto é, aos representantes dos frades que aderiram à reforma. E é exatamente na escolha do supremo responsável da Ordem que acontece a reviravolta das relações hierárquicas: tal função não deve mais ser assumida por um Conventual, mas devem reversar-se um Observante cismontano e um ultramontano. As duas famílias continuam, então, a se manterem distintas, o que resulta evidente a partir de uma disposição complementar: aquela da qual não será escolhido um Ministro Geral será representada no vértice por um Comissário geral. A reviravolta da hierarquia é imposta também para os Ministros Provinciais trienais; tal encargo passará dos atuais Provinciais (os dos Conventuais) aos Vigários da Observância. A prevalência absoluta do agrupamento Observante na carta pontifícia aparece incontrovertível pelo claro direcionamento que impõe aos vários grupos de reformados para confluir no único grupo dos *Fratres Minores sancti Francisci regularis observantiae*. Como consequência surge a proibição de introduzir novas reformas. Decide-se, além disso, de recolher em um único texto as diversas constituições emanadas precedentemente *pro manutenentia reformationis et regulae observantiae*.

O fracasso das disposições de Leão X

A ineficácia prática do que foi estabelecido na carta pontifícia é comprovada pelas reiteradas intervenções, especificadoras ou corretivas, emanadas depois da *Ite vos*. Os Conventuais, submetidos aos Ministros Gerais e Provinciais dos Observantes, foram desvinculados da bula *Omnipotens Deus* de 12 de junho de 1517, na qual aos responsáveis da família conventual vem conferido o título de “Mestres” (geral e provinciais) e era proibida qualquer intromissão por parte dos superiores dos Observantes. Sancionava-se assim a definitiva divisão da Ordem em duas grandes famílias.

A unificação dos vários grupos reformados também foi um falimento prático, pois cada um dos grupos manteve uma autonomia hierárquica efetiva, enquanto de os Coletâneos continuaram sob a obediência dos Conventuais, mas com seus próprios conventos e superiores.

Uma outra proibição caiu logo em vão, aquela de constituir novas reformas: depois de uns dez anos, Clemente VII, com a carta *Religionis zelus*, de 3 de julho de 1528, concedia a primeira aprovação a um grupinho de frades, destacados dos Observantes, que logo tornaria a família dos Capuchinhos, que naquele momento estava submetida aos Conventuais e vai conseguir sua autonomia completa em 1618. Aquela dos Capuchinhos não foi, todavia, o único núcleo de reformados depois da carta de Leão X. Outros surgiram em concorrência e divergência dos Observantes, diante dos quais reclamavam autonomia, escolhendo, em mais de um caso, de submeter-se ao superior

geral dos Conventuais. O mote “reformador” demonstrou que era irrestringível, dentro da própria Observância, na busca de uma mais rigorosa atuação de propostas da regra dos frades menores.

A título de conclusão

O resultado de “falimento” da *Ite vos* era previsto no início: já o tinham evidenciado os contrastes de posições que caracterizaram os encontros e as discussões dos anos precedentes. Do mais, grande parte do evento minorítico, a partir do primeiro século de sua história, foi marcada por uma “fúria” sobre os problemas da pobreza, com referência, sobretudo, às duas proibições da Regra: expropriação total não só pessoal, mas também comunitária, e a proibição do uso direto ou indireto do dinheiro, com o custo de introduzir uma série de simulações jurídicas. Mas um outro elemento era imprescindível na proposta de Frei Francisco: a minoridade, entendida enquanto escolha e partilha das condições dos últimos na sociedade e na Igreja. Não parece que este dado constituinte tenha estado no vértice das preocupações dos vários movimentos de reforma, particularmente aquele da “regular Observância”. Do mais, o “retorno às origens”, conclamado mais ou menos explicitamente por todos os movimentos e grupos reformadores, não podia ser mais que uma “ilusão”, se consideram-se as modalidades de vida dos quinze primeiros anos do grupo formado em torno da proposta evangélico-literal de Francisco de Assis. Tais modalidades foram veladas, ou melhor, ocultadas, pelo peso da tradição comunitária-conventual, que gravava na própria memória da escolha eremítica das primeiras reformas. A própria pobreza, bandeira dos movimentos reformistas, passados os primeiros decênios, diante das mudanças de situações, precisou ser submetida a adaptações e a compromissos que colocavam-na sob o risco de esvaziamento do valor inicial e das escolhas na prática cotidiana. Daí a necessidade de uma contínua “renovação”, que se explicou em uma multiforme e, em muitos aspectos, inconciliável proposta de “reforma na reforma”.

No decorrer dos acontecimentos preparatórios e sucessivos à *Ite vos* não ficaram despercebidos certamente estas “lógicas da história”. As origens franciscanas permaneceram e permanecem um acontecimento irreproduzível; restava, e resta ainda, fundamental e urgente aquele viver *secundum formam sancti evangelii*, que está na base da própria normativa indicada por Frei Francisco e reproposta com veemência no seu *Testamentum*.

Não seria preciso esquecer a significativa passagem do Capítulo da *Regula non bullata*, dedicado aos *fratres predicatorum*: *Omnes fratres operibus predicent*. A Ordem dos frades Menores torna-se logo uma Ordem de pregadores, aqui incluindo os membros dos Observantes, ao menos a partir de Bernardino de Sena. A norma da *Regula non bullata* de “pregar com as obras” significava, e permitam-me dizer “significa”, empenho prático para traduzir no dia a dia os valores fundamentais da mensagem evangélica, vivendo o que caracterizou a “proposta” não apenas de pobreza, mas também de minoridade, de Frei Francisco e que na diversidade dos tempos e muito além das distinções em várias famílias, deve caracterizar também hoje, o nosso “ser franciscanos”.

Frei Luigi Pellegrini, OfmCap

Capítulo II

Elementos essenciais de Teologia da Vida Consagrada hoje: Para uma releitura da história

1. O aprofundamento teológico e espiritual sobre a vida consagrada conheceu um período muito fecundo com o Concílio Vaticano II e em particular com o texto conciliar *Perfectae Caritatis*. Os elementos que o Vaticano II propõe para uma renovação da vida consagrada.

Existem cinco elementos que o Vaticano II propôs sobretudo na *Perfectae Caritatis*: o retorno às fontes, isto é, o retorno ao Cristo do Evangelho, o retorno ao espírito dos fundadores, a comunhão com a vida eclesial, o conhecimento do mundo moderno e a renovação interior. Estes elementos de renovação da vida consagrada, como nos lembrou o então Cardeal Bergoglio no sínodo da vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo na 16ª congregação que reuniu-se em Roma no dia 16 de outubro de 1994, encontram-se em uma “recíproca tensão” e, desse modo, apresentam uma visão real da adequada renovação desejada pela Igreja. São 4 tensões surgidas e que estão, a meu ver, ainda muito presentes na Igreja de hoje. A primeira tensão é aquela entre a família religiosa e o povo fiel de Deus, uma tensão que é enfrentada com uma concepção eclesial de comunhão e de participação. Uma segunda tensão que põe em risco a contribuição que a vida religiosa pode dar à Igreja é a tensão entre a Igreja particular e a Igreja universal que, em uma família religiosa, reflete-se de modo particular pela universalidade do Instituto. Apareceram, desse modo, algumas comunidades religiosas que o Cardeal Bergoglio definia “soltas”, isto é, sem nenhuma inserção concreta na Igreja que “pretendem ser tão universal que tornam-se não-particular”. O prelado argentino sublinhava também o risco contrário que esta tensão deixava transparecer: “o particular deturpado como internacionalismo”. Uma terceira tensão que surgiu dos elementos essenciais de renovação da vida consagrada pós conciliar é aquela que existe entre o próprio carisma e as necessidades do mundo, uma tensão que está a Igreja está enfrentando buscando realizar um novo documento depois do *Mutue Relationes*. O prelado argentino admoestava os presentes no sínodo com palavras de síntese que ainda podem fazer refletir muito para um equilíbrio todo católico: “as necessidades não devem nivelar prejudicialmente a diversidade dos carismas, nem estes devem reduzir-se a um estilo particularista que não permita ver e ocupar-se com as necessidades”. A quarta tensão é entre a vida concreta atual, econômica, histórica do mundo e a dimensão escatológica; tensão que teve diversos desenvolvimentos: a teologia da libertação na América Latina; uma tensão jamais adormecida. A quarta tensão cria-se, de fato, entre o serviço apostólico concreto e a mensagem escatológica: “trata-se de pôr o transcendente no próprio núcleo da vida e da atividade cotidiana de nossa entrega”. Estas tensões nos recordam que a Igreja é um corpo, e um corpo vivo, que vive as suas lutas, as suas crises de crescimento, que não pode fechar-se em fáceis, mas também perigosos e danosos perfeccionismos. Por isso, as tensões se realizam entre polaridades que não se resolvem através da assimilação de um dos polos e nem mesmo através de uma síntese, isto é, que anula as duas polaridades. A tensão eclesial só pode ser resolvida em um plano superior, que não seja síntese, onde a solução seja capaz de abraçar, em qualquer modo, as polaridades que produziram as tensões. Por isso é necessário refletir e debatermos tendo o olhar fixo em Cristo, invocando o Espírito Santo para que dê luz às “trevas do nosso coração”.

2. A identidade teológica e eclesial da vida consagrada na exortação apostólica de João Paulo II “*Vita Consecrata*” de 1996

A reflexão teológica sobre a natureza da vida consagrada aprofundou nestes anos as novas perspectivas que surgiram da doutrina do Concílio Vaticano II. À sua luz se verificou que a profissão dos conselhos evangélicos pertence *indiscutivelmente* à *vida* e à *santidade* da Igreja (cf. LG 54). João Paulo II é impulsionado a ir além quando afirma, no famoso e discutido número 29 da *Vita Consecrata*: “A concepção de uma Igreja composta unicamente por ministros sacros e de leigos não corresponde (...) às intensões de seu divino Fundador a partir do que nos dizem os Evangelhos e dos outros escritos do Novo Testamento”. Neste texto afirma-se implicitamente a originária pertença e a necessidade da vida consagrada para a Igreja diante da intensão do próprio Jesus Cristo. Resulta que a vida consagrada nunca poderá faltar na Igreja, como um de seus elementos irrenunciáveis e qualificante enquanto expressão de sua própria natureza. Surge, porém, imediatamente uma interrogação sobre o que quer dizer a expressão: “intensões do seu divino Fundador”. Coloca-se assim o problema em relação à identificação da vida a partir dos conselhos evangélicos no seu caráter específico. Uma verdade aparece evidente: identidade e eclesialidade da vida consagrada constituem na realidade um único tema. Esta n. 29 da *Vita Consecrata* acendeu um forte debate sobretudo a partir do ponto de vista eclesiológico. Parece-nos necessário recordar que o dito n. 29 baseava-se na LG 44 que inaugurou uma longa estação de debates acirrados entre eclesiólogos e teólogos da vida consagrada: “O estado de vida então constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, mesmo não concernindo (*non spectet*) à estrutura hierárquica da Igreja, pertence (*pertinent*) todavia inseparavelmente à sua vida e à sua santidade”. Pode-se notar que todo o debate sobre a essencialidade da vida consagrada se joga sobre os termos: *estrutura hierárquica* e *natureza*. Este debate, que ainda não terminou, coloca em relevo o que era importante para São João Paulo II, quer dizer, que a vida é um dom do Espírito à Igreja, e é sobre este amor que a Igreja tem por nós que devemos refundar uma séria profissão dos conselhos evangélicos e talvez deveremos reconquistar uma nova consciência sobre a preciosidade da nossa vocação. Por fim, quero esclarecer que o *focus* não está no defender o nosso “direito” de religiosos de ser reconhecidos dentro de alguma diocese, de toda a Igreja, mas de compreender do que nós religiosos somos essencialmente portadores em comunhão com toda a realidade eclesial e por isso a favor da própria realidade da Igreja e não de nós mesmos.

3. A possibilidade de falar de “elementos essenciais comuns” ou mais propriamente de “diversidade de abordagens” ao estado atual da reflexão teológica sobre a vida consagrada.

Sobre isto não existem muitas dúvidas: é mais oportuno hoje falar de diversidade de abordagens. Acredito que não chegou ainda o tempo de uma síntese satisfatória que leve em conta toda a riqueza que surgiu depois do Concílio em relação à vida consagrada. Tal diversidade de abordagens foi acentuada também por aquelas que Bento XVI definiu como duas hermenêuticas da *descontinuidade* e da *continuidade*, da *ruptura* e da *reforma*. No seu famoso discurso à Cúria Romana no dia 22 de dezembro de 2005, o papa bávaro perguntava-se: “porque a recepção do Concílio foi tão difícil em grande parte da Igreja?”. Parafraseando podemos dizer: por que então foi tão difícil assim criar uma única teologia da vida consagrada? Bem dizia o papa: “tudo depende da justa interpretação do Concílio ou como diremos hoje, de sua justa hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção nasceram de duas hermenêuticas: aquela da descontinuidade criou confusão, a outra silenciosamente mas sempre mais visível produziu frutos”. Bento XVI evidenciava também que esta hermenêutica da ruptura afirma que os textos do Concílio como tais não seriam ainda verdadeira expressão do espírito do Concílio, mas sim o resultado de compromissos.

O espírito do Concílio se revelaria no lançamento rumo ao novo que está subentendido nos textos conciliares. Quero sublinhar o perigo deste desejo de desacreditar, mais ou menos implicitamente, os textos do Concílio Vaticano. Quero evidenciar também que surge uma pergunta séria sobre a hermenêutica da descontinuidade: quem pode explicitar as verdades mais profundas do “espírito do Concílio”? Quem deveriam ser os seus hermenutas? Pode ser o teólogo sozinho ou os diversos teólogos, com o risco de cair em um perigoso subjetivismo, pouco respeitoso diante do que foi definido pelo Magistério? Podemos usar uma feliz expressão-síntese do próprio Bento XVI: afirmaria-se um *absolutismo do relativismo* na própria teologia da vida consagrada. Talvez não casualmente João Paulo II, naqueles anos, aprovava a instrução *Donum Veritatis*, sobre a vocação eclesial do teólogo onde, no n. 11, recordava-se que “O teólogo, não esquecendo jamais de ser ele também um membro do Povo de Deus, deve nutrir respeito em relação a ele e empenhar-se em dispensar-lhe um ensinamento que não fira de algum modo a doutrina da fé. A liberdade própria da pesquisa teológica se exercita dentro da fé da Igreja. A audácia, portanto, que se impõe muitas vezes à consciência do teólogo não pode dar frutos e ‘edificar’ se não é acompanhada pela paciência da maturação. As novas propostas avançadas pela inteligência da fé não são outra coisa que uma oferta feita a toda a Igreja. Precisam de muitas correções e ampliações de perspectivas em um diálogo fraterno, antes de chegar o momento no qual toda a Igreja possa aceitá-las”. Na hermenêutica da descontinuidade, da ruptura, cresceram algumas perspectivas de acentuam o componente laical, evidenciando em modo excessivo o sacerdócio comum dos fiéis, correndo o risco de um achatamento dos três estados de vida que eu não creio que seja um real enriquecimento de toda a Igreja.

4. As situações sociais e culturais que hoje provocam a reflexão sobre a vida consagrada.

Alguns sociólogos contemporâneos nos ajudam a ler o nosso contexto cultural e social. Primeiramente quero sugerir um aprofundamento nas reflexões do sociólogo Salvador Abruzzese que trabalhou muito sobre a sociologia da religião na qual trata de um *moderno desejo de Deus* do qual Assis seria uma das capitais *hipermodernas*. Ele joga com os aspectos polisemânticos do termo “moderno” que indica seja o contemporâneo, o atual, que, filosoficamente falando, a memória da modernidade que se funda, entre outras coisas, sobre o princípio: mudar para mudar, o novo será melhor que o velho... Acentuando tal perspectiva corre-se o risco de ignorar a sã e autêntica Tradição da Igreja. Com esta corre-se o risco de ignorar também a verdade de fundo da Revelação e, para nós consagrados, as verdades fundamentais que nossos fundadores nos deixaram como testamento a ser realizado no hoje de nossa história. Este *moderno desejo de Deus*, que impulsiona para o “mudar para mudar” e que abre a hipótese muito ideológica que “o depois” é sempre melhor “o primeiro”, eu acredito que ainda está condicionando muito a vida religiosa. Creio que, também nesta direção, falta ainda uma nova perspectiva que saiba equilibrar sabiamente o velho e o novo, como nos sugere Jesus quando nos pede para imitar o bom rabino que sabe discernir o que retirar do seu baú. Uma outra contribuição importante nos é dada por Christopher Lasch, um sociólogo americano que denuncia que o eu tornou-se *mínimo*. Caídas as grandes ideologias, caídas as grandes visões de direita e de esquerda, o que sobra? Um eu mínimo que, por um lado, não se estima por nada e não espera por nada, e por outro se fecha narcisisticamente em si mesmo, e isto também está condicionando a vida religiosa.

A outra questão que eu quero colocar em campo para a nossa reflexão é que estamos em uma época de *paixões tristes* como sublinharam dois autores: Miguel Benasayag e Ghérard Schmit. Estes autores afirmam que estamos em uma época na qual não se pode esperar mais nada de belo no futuro, pois o que tem no futuro causa medo: uma crise econômica, uma terceira guerra mundial, uma catástrofe atmosférica.

Enfim quero citar um outro autor que deveria fazer-nos refletir sobre a teologia da vida consagrada: Zygmunt Bauman. Estamos em um tempo de identidades *líquidas*, de amores *líquidos*, de relações *líquidas* e, então, de alianças consagradas *líquidas*. Esta visão é uma provocação para nós. O que nos trouxe esta visão do mundo? A liquefação da vocação, como disse Dom Paulo Martinelli. Isto é, passou-se de um uso exclusivo (a vocação é para frades, freiras e padres) para um uso inclusivo: todos somos chamados à santidade. Tal “inclusão” pode esconder um perigo, talvez muito pouco evidenciado: fazer nascer uma confusão dos papéis, dos estados de vida. Ser chamado ao sacerdócio, à consagração, ao ser fiel leigo, no fundo... é a mesma coisa. Acontece que se vivo uma crise da vida consagrada posso tornar-me padre diocesano ou posso casar-me... tanto faz pois todos somos chamados à Santidade! Por conseguinte, a vocação tornou-se muito fragmentada (existem aqueles que dizem ter vocação ao leitorado; tenho a vocação para ficar no oratório...). Esta fragmentação fez perder o significado e, por isso, também a perseverança.

Em fim, hoje assistimos a um uso secularizado do termo vocação. Neste sentido, o arquiteto afirma que é chamado a praticar aquela profissão, assim também o médico etc. Isto provocou uma confusão em alguns aspectos e uma vantagem em outros pois é possível dialogar. Isto propõe a nós consagrados uma tarefa: esclarecer melhor nossa identidade eclesial. Quero frisar que precisamos repensar a obediência, a castidade e a pobreza dentro deste contexto, não nos fechando às provocações que a história nos propõe. Por exemplo, não se pode deixar de considerar a crise econômica sendo obrigados a repensar o voto de pobreza; não se pode deixar de escrever sobre o voto de castidade sem pensar na ideologia gender, como não se pode pensar o voto de obediência sem considerar seriamente as instâncias do subjetivismo, do “absolutismo do relativismo”, a crise de paternidade e de autoridade. Este é um grande estímulo para repensar os três votos e os fundamentos da teologia da vida consagrada.

5. Nos encontramos para iniciar um caminho comum passando através de uma purificação da memória dos momentos difíceis da história franciscana. Partindo do que foi dito até agora sobre a teologia da vida consagrada hoje, quais são os percursos que podem favorecer este processo?

Gostaria de indicar um decálogo que poderia ser um percurso de esperança.

- o primeiro é o da **fragilidade**. Muitas vezes demonizada, creio, porém, que o percurso da fragilidade seja um percurso primário a ser percorrido, pois representa um aspecto importante do caminho da minoridade para nós franciscanos, o caminho da humildade, o caminho da fraqueza: “Respondeu-me, porém: “Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder”. Por conseguinte, com todo o ânimo prefiro gloriar-me das minhas fraquezas, para que pouse sobre mim a força de Cristo. Por isto, eu me comprazo nas fraquezas, nos opróbrios, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por causa de Cristo. Pois quando sou fraco, então é que sou forte” (2Cor 12,9-10). Por esta razão concentrei muitos estudos sobre a frágil perseverança. Não queria denunciar um problema, mas propor um percurso impossível no ser frágeis e perseverantes; meu desejo era recordar que a

perseverança sempre foi frágil e sempre será, pois naquela fragilidade existe a possibilidade de experimentar a fé em Deus, a misericórdia e a força de Deus.

- o segundo percurso que quero propor é a **perseverança** como genial caminho para guardar a nossa identidade. Perseverar não guarda só a aliança com Deus, como os irmãos e com a Ordem, mas guarda a nossa própria identidade. Queria repropor para a nossa reflexão um texto de Carla Corbella “Resistir ou ir embora” que trata desta temática e, sobretudo, um de Klaus Demmer que, em um artigo famoso, “A decisão irrevocável. Reflexões sobre a teologia da escolha de vida”, nos sugere o perseverar como o saber guardar e defender o ser plenamente você mesmo no curso da história. Esta perspectiva se propõe como via de santidade, na plenitude de nossa originalidade.

- um terceiro percurso é aquele da **reconciliação**. Reconciliação “ad intra” e “ad extra”. Reconciliação “ad extra”, com que foi embora, pois eu vi que quem permanece tende a cancelar aqueles que se foram, enquanto quem deixou nos propõe sempre uma oportuna avaliação da autenticidade da nossa vocação. Eu creio fortemente que poder reconciliar-se com quem foi embora permite reforçar a nossa própria vocação. Além disso, creio que seja necessária, sobretudo, uma reconciliação “ad intra”, uma reconciliação com quem permaneceu, com aqueles que podemos definir “os não perseverantes perseverantes”, para entender aqueles que, talvez, não tiveram a coragem de ir embora, que “se aninham” no convento (cf estudos de G.M.Rulla, F. Imoda, A.Cencini). Também com eles é preciso reconciliar-se, pois provocaram, estão provocando, muita raiva, tensões dentro da comunidade.

- o quarto percurso é dado pelo **sim das origens**, isto é, refletir teologicamente sobre a importância da memória do sim. Muitas vezes isto é roubado da história, do mudar por mudar, do esquecer, do buscar o novo, e então nos esquecemos do que René Voillaume chamou de “A segunda chamada”. Esta é um percurso muito estimulante que, ao meu ver, deveremos percorrer.

- o quinto percurso é a **preciosidade da consagração**. O tema que esconde é a excelência: devemos arquivá-la ou existe ainda a possibilidade de falar de excelência na vida consagrada? Eu proponho de percorrer o caminho aberto por Von Balthasar e aprofundado pelo nosso Dom Paulo Martinelli, de falar de “excelência recíproca”: cada estado de vida, como apresentado pela *Christifidelis Laici 55* “Na Igreja-Comunhão os estados de vida são tão entrelaçados que são ordenados um para o outro”. É isto que entendo por excelência recíproca: aquela do laicato uma excelência para o presbiterado e para a vida consagrada; a vida consagrada como excelência para o laicato e o presbiterado; o presbiterado como excelência para a vida consagrada e o laicato. Esta é uma página da teologia que ainda precisa ser escrita.

- o sexto percurso nos é dado por um autor claretiano, José Cristo Rey García Paredes, que aprofundou a situação atual da liminalidade. A vida consagrada hoje está na situação da liminidade seja dentro ou fora da Igreja. Hoje estão na moda os movimentos, parece que nós estamos arquivados. Muitos na Igreja repetem que nós não somos mais tão incisivos. Então alguém se revolta ou alguém se fecha ou podemos aceitar uma situação de paternidade. Quero propor o caminho “da liminidade à paternidade”, assim como fizeram conosco os beneditinos. Quando nasceu São Francisco de Assis os beneditinos nos abriram o caminho, nos deram conventos, nos abençoaram, nos revelaram paternalmente: agora a responsabilidade é de vocês. Porque não tomar o caminho da paternidade e da bênção, atentos, ao mesmo tempo, à guarda de nossa identidade?

- o sétimo percurso é um aprofundamento atento, como já o fez em diversas ocasiões Dom Paulo Martinelli, sobre o caminho da **autêntica liberdade**. Hoje confunde-se muito ainda a liberdade com o liberalismo. Precisaria retornar àquele grande conceito de liberdade cristã, como foi proposto também por Bento XVI, existe uma liberdade capaz de jogar-se inteiramente, uma liberdade em movimento, diria Von Balthasar, na sua perspectiva de teologia “dramática”. Esquecemos muito cedo e muitas vezes, também nós consagrados, que a liberdade, a um certo ponto, acaba, pois a um certo ponto da vida envelheço, adoço e ... morro. Hoje, no entanto, vivemos um conceito de liberdade que podemos definir “conservativa”, isto é, uma liberdade que conservo obsessivamente acreditando que existirá sempre tempo para brincar com ela. Este dia poderá não chegar nunca. Isto vale seja para o discernimento inicial seja para discernir as passagens de um segundo chamado, quando se deve arriscar algo para conservar a beleza e o sentido da nossa consagração.

- o oitavo percurso é o caminho do amor, **a verdade do amor**. Quero citar um filósofo francês, A. Finkielkraut que, num contexto francês contemporâneo secularizado e hipermoderno, teve a coragem de escrever em 2011: “o amor é para sempre ou não é (Et si l’amour durait)”. Em uma entrevista afirma que “Entramos na era da provisoriedade: os nossos empenhos não nos empenham mais, a duração foi substituída pela intensidade. O critério tornou-se a intensidade e não o amor, ou pelo menos, o que acontece é que o amor não detém mais que a intensidade amorosa. Mas dentro de nós, obscuramente, sabemos que renunciar à duração equivale a renunciar ao amor. Dizer ‘eu te amo’ equivale a dizer ‘eu te amarei’, equivale a falar contemporaneamente no presente e no futuro, e subtrair-se ao fluxo do tempo. Cada declaração de amor é uma declaração de eternidade. O amor é uma aventura obstinada, nós quase a esquecemos, mas não totalmente. Por isso, não acredito em uma moral que faz do amor o seu único critério, ainda mais pelo fato que hoje do amor parece que nós só queremos reter a intensidade. Por outra parte não quero acusar muito a minha época, pois a saudade e o desejo da duração continuam muito fortes e profundos”. Parece que nós não temos mais a coragem de afirmar com coragem e força retórica o que Finkielkraut afirma com veemência. Pensamos em percursos de vida consagrada há tempo muito mais como diz Carla Corbella. Acredito que devemos reencontrar a coragem de dizer que o amor ou é para sempre ou não é.

- o nono percurso é aquele do **martírio branco**. Proponho de reler a passagem do quarto século do martírio vermelho ao martírio branco. Hoje, perseverar nesta situação tão frágil, na qual se você sai de sua fraternidade consagrada, se muda de Ordem ou estado de vida, ninguém lhe segura, ao contrário, organizam uma festa para você. Hoje a perseverança precisa ser repensada como um martírio branco, não como autogratiificação, mas como estima inteligente deste caminho escondido, desta água secreta, como o canal de Ezequias sob Jerusalém que, porém, ainda alimenta a Igreja.

- o décimo percurso é dado pelo coração da perseverança: **a esperança**. Eu retomaria em mãos a *Spe Salvi* de Bento XVI e veria como a perseverança na vida consagrada é um caminho de esperança. Quero concluir com um trecho de Timothy Radcliffe que eu gosto muito. Foi escrito por ocasião do congresso internacional da vida consagrada: “Paixão por Cristo, paixão pela humanidade”. Diz assim: “como podemos nós religiosos, religiosas, ser sinais de esperança para a humanidade neste mundo tão frágil? Um dos modos é procurar acolher com alegria o nosso futuro incerto, os nossos votos são um empenho público para permanecermos abertos ao Deus das surpresas que desmonta todos os nossos planos para o futuro e nos pede para fazermos coisas

que nunca imaginamos de fazer, por exemplo, estar em comunhão nas diversas famílias em uma jornada como aquela que foi celebrar”.

Fra Alceo Grazioli, TOR

Fichas para trabalho em grupo

1. Objetivo

O objetivo principal do nosso trabalho nos grupos é o de partilhar algumas considerações no “calor” a respeito dos dois aprofundamentos histórico e teológico inerente.

2. Âmbitos específicos

Para um trabalho ordenado nos grupos, é importante ater-se na partilha sobre os seguintes âmbitos:

- reações que prevalecem a respeito dos dados históricos apresentados e suas motivações
- reações que prevalecem a respeito dos dados históricos apresentados e suas motivações
- eventuais propostas emersas nas intervenções

3. Moderador e secretário

Cada grupo terá então um moderador e um secretário. Este último se dedicará aos três âmbitos indicados acima para apresentar em assembleia.

4. Grupos

O número dos grupos será em base ao número dos participantes, tentando encontrar a melhor solução para:

- dar a todos a possibilidade de fazer a sua partilha
- não ter tantos secretários para a apresentação em assembleia
- ficar dentro do tempo escasso que temos à disposição.

III PARTE

PARA A VOCAÇÃO E MISSÃO DOS FRADES FRANCISCANOS NA IGREJA E NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Uma memória habitada

Vocês não tem só uma gloriosa história para recordar e para contar, mas uma grande história para construir!

Olhem para o futuro, sobre o qual o Espírito lhes projeta para fazer com vocês ainda grandes coisas” (São João Paulo II, Vita Consecrata, 110).

Em 2017 ocorrerá o quinto centenário da bula *Ite vos* com a qual se produzia a definitiva, sofrida divisão da Ordem franciscana nas suas duas componentes principais da Obeservância e dos Conventuais. A mesma data recorda o início da reforma

protestante simbolicamente significada nas teses propostas por Martin Lutero fixadas na porta da igreja de Wittenberg.

Como reler estes marcos da história, sobretudo o primeiro, como frades franciscanos hoje? Podemos colher uma indicação que nos vem da Carta apostólica do Papa Francisco para o Ano da Vida Consagrada (28 de novembro de 2014):

“O primeiro objetivo é *olhar com gratidão o passado*. Cada um dos nossos Institutos provém duma rica história carismática. Nas suas origens, está presente a ação de Deus que, no seu Espírito, chama algumas pessoas para seguirem de perto a Cristo, traduzirem o Evangelho numa forma particular de vida, lerem com os olhos da fé os sinais dos tempos, responderem criativamente às necessidades da Igreja. Depois a experiência dos inícios cresceu e desenvolveu-se, tocando outros membros em novos contextos geográficos e culturais, dando vida a modos novos de implementar o carisma, a novas iniciativas e expressões de caridade apostólica. É como a semente que se torna árvore alargando os seus ramos.

Neste Ano, será oportuno que cada família carismática recorde os seus inícios e o seu desenvolvimento histórico, para agradecer a Deus que deste modo ofereceu à Igreja tantos dons que a tornam bela e habilitada para toda a boa obra (cf. *Lumen gentium*, 12). Repassar a própria história é indispensável para manter viva a identidade e também robustecer a unidade da família e o sentido de pertença dos seus membros. Não se trata de fazer arqueologia nem cultivar inúteis nostalgias, mas de percorrer o caminho das gerações passadas para nele captar a centelha inspiradora, os ideais, os projetos, os valores que as moveram, a começar dos Fundadores, das Fundadoras e das primeiras comunidades. É uma forma também para se tomar consciência de como foi vivido o carisma ao longo da história, que criatividade desencadeou, que dificuldades teve de enfrentar e como foram superadas. Poder-se-á descobrir incoerências, fruto das fraquezas humanas, e talvez mesmo qualquer esquecimento de alguns aspectos essenciais do carisma. Tudo é instrutivo, tornando-se simultaneamente apelo à conversão. Narrar a própria história é louvar a Deus e agradecer-Lhe por todos os seus dons” (1,1).

Um passado que podemos interpretar à luz da experiência de Israel que funda a sua fé na releitura do próprio percurso, fazendo memória de tudo que viveu no tempo em que sabiamente descobre a presença de YHWH. Quando Moisés pede a Deus para mostrar-lhe a sua glória, Ele responde que só poderá ser visto de costa, depois que já passou (cf Ex 33,23).

Qual memória do próprio passado, qual futuro, vivendo o *kairos* do presente, pode ter o movimento franciscano?

A provocar-nos nesta reevocação foram particularmente as comunidades franciscanas de Assis. De Assis, do seu habitante Francisco tudo começou; como partir de novo de Assis, de Francisco com a sua proposta de radicalidade evangélica, de “homem universal” capaz de falar ainda ao homem de hoje?

Habitar a memória

Repercorrendo a nossa história não se pode deixar de reconhecer que foi habitada de várias formas de conflitualidades que surgiam dos dissídios entre ideal e realidade, entre a memória do pai e as interrogações da história vivida pelos seus filhos. Dissídio: não podemos deixar de reconhecer que em um e em outro modo erramos, pecamos,

em relação à caridade recíproca, dando brecha a suspeitas, prejuízos, juízos, conflitos, separações, clamor e escândalo.

Um ideal que queria chegar continuamente à figura de Frei Francisco, na oscilação entre a proposta da *Regra* e o espírito de seu *Testamento*. A *Regra* bulada como fruto sedimentado da evolução da identidade de uma *fraternitas* que tornou-se *Ordo*; o *Testamento* como palavra preciosa deixada como herança aos seus frades “uma recordação, admoestação, exortação e meu testamento, que eu, Frei Francisco, pequenino, faço a vós, meus irmãos benditos” (Test 34).

Talvez tudo tenha iniciado aí. Existe um “mito das origens”, como se usa dizer hoje, que acompanha no bem e no mal a história franciscana. Com uma entrega inequívoca: “E a todos os meus frades, clérigos e leigos, mando firmemente por obediência que não ponham glosas na regra em nestas palavras, dizendo: “Assim devem entender-se”. Mas assim como o Senhor me deu de dizer e escrever simples e puramente a regra e estas palavras, assim simplesmente e sem glosa as entendais e com santas obras as guardéis até o fim” (Test 38-39).

Como viver a entrega destas palavras como uma história que avança, que apresenta perguntas que exigem respostas convincentes, que expõe propostas estimulantes?

A cruz e o encanto da herança de Frei Francisco parece-nos que aparece neste dissídio entre o que não se repete de um experiência pessoal (“o Senhor deu a mim, Frei Francisco”) e a sua vivência na complexidade da história.

Sabemos que a questão foi colocada desde o início. A Sé Apostólica foi repetidamente interpelada na tentativa de encontrar uma mediação entre a *Regra* e o *Testamento*. As respostas vinhas da atmosfera cultural do tempo e a *Regra*, da proposta de vida (“A regra e a vida dos frades menores é observar o santo Evangelho”) tornar-se um código rígido dissecado em um acúmulo de preceitos e obrigações mais ou menos graves; ficou o *Testamento*, ponto de referência de uma memória que mesmo não tendo um valor legal (cf bula Quo elongati, 1230), manteve a força de uma palavra entregue que deveria ser conservada.

Pertence à nossa história o esforço assíduo de Frei Boaventura de Bagnoregio na busca de uma solução capaz de dar um projeto de vida à uma Ordem que se expandiu rapidamente de maneira enorme, sempre mais clericalizada, empenhando-se no fronte da pastoral daquele período, encontrando as motivações teológicas para da existência à *novitas* mendicante, propondo a figura de São Francisco, *pater seraphicus*, qual horizonte na via de santidade, espelho para os seus herdeiros.

Por mais que tenha sido empenhativa e concreta a proposta de Boaventura em oferecer a justa dosagem entre carisma e instituição, em um equilíbrio de buscar continuamente, impulsos de um e de outro sentido vibraram continuamente durante a nossa história.

Pertence a nós a fadiga de encontrar uma *via* entre as interrogações da história e a memória de São Francisco: uma via percorrida de modo particular pela *Communitas Ordinis* por primeiro, e pelo grupo dos *zelatores regulae*, em segundo lugar. A busca de uma *via* podemos recordá-la como a pluralidade da diversidade que não foi capaz de manter a unidade harmônica, construindo percursos, muitas vezes conflitivos, a ponto de abrir caminhos autônomos, não esquecendo-se da pertença a um único fundador.

Foi uma história sofrida, onde a única cifra interpretativa da pobreza, na qual se condensava todo o “viver o santo Evangelho” – cifra de uma identidade carismática da própria identidade, tornou-se um dramático enfrentamento inclusive com a sede de

Pedro, colocando em discussão o próprio horizonte eclesiológico (cf João XXII – Miguel de Cesena).

A *Cronaca dei XXIV generali* escrita na segunda metade do século XIV, logo depois da devastadora peste negra que incidiu fortemente na qualidade da vida das Ordens religiosas, se propunha de modo conciliador recuperar uma memória partilhada da história de santidade de tantos irmãos sobre os passos do seráfico Pai, de tantos testemunhos que tinham dado a vida seguindo o Cordeiro com a coroa do martírio. Não negava as dificuldades, mas por quê não ver mais aquilo que unia do que aquilo que dividia? De fato com Qoelet (1,9) podemos dizer que “nada (ou pouco) há de novo sob o sol”, aquele sol que Deus faz nascer sobre os bons e os maus! (Mt 5,48).

À Igreja e a nós todos pertence a santidade de Bernardino de Sena e dos outras colunas da Observância: João de Capestrano, Jácomo das Marcas e Alberto de Sarteano, que souberam responder às novas interrogações emergentes em um mundo que pedia não apenas uma *reformatio*, mas também uma *renovatio* profunda nas suas raízes antropológicas e evangélicas. A novidade da proposta deles foi a de saber unir, mais uma vez depois da experiência de Santo Antônio de Pádua e das origens, o eremitério e a cidade; habitar os lugares de silêncio para poder dizer palavras eficazes aos homens das praças urbanas.

O dom do memória deles nos recorda como a pregação, o anúncio da palavra de Deus, tornando-se parte constitutiva da identidade apostólica minorítica desde as origens, como o cap. XVII da RnB e o cap. IX da RB nos recordam, tornou a reflorescer com força na cidade dos homens, provocando caminhos de conversão interior e de seguimento os passos de Cristo e de Francisco. Foi um “retornar à cidade”, aproveitando as dinâmicas inclusive econômicas e favorecendo a criação dos Montes de Piedade, para devolver dignidade a tantas pessoas fadigas. E talvez seja diferente hoje o grito do pobre que sobe das periferias da nossa história, na qual a finança e odinheiro parecem ser a lei vencedora de um desenvolvimento que está fazendo violência à nossa Mãe terra?

A santidade de Bernardino não impediu porém que os percursos se modificassem. Como a primitiva experiência minorítica tinha encontrado campo favorável na cidade com o enraizamento institucional da instituição franciscana, assim a renovada proposta observante soube encontrar o favor e o apoio incondicionado da parte dos monarcas europeus, das Senhorias italianas e dos poderes locais sempre mais fortes em relação à precedente *respublica christiana*.

É um itinerário vencedor que leva à bula *Ite vos* de 29 de maio de 1517. É o ponto de chegada de uma história trabalhada, cujo contexto já foi amplamente estudado, ponto de não retornar para soluções de ulteriores compromissos na busca da já impossível unidade.

É o afirmar-se de um franciscanismo “outro” em relação à forma da *Communitas* medieval necessitada de uma reforma que chegará mais tarde.

A Observância encontrou um modo de forçar em unidade a sinfonia dos percursos reformísticos que surgiram em diferentes lugares geográficos da *christianitas* do tempo e com diversas características. Um franciscanismo que repropõe o ideal da altíssima pobreza, como identidade carismática, mas que correu o risco de não viver do mesmo adequadamente a *minoritas* do sonho de São Francisco.

Historicamente nós interpretamos as reformas como um “jogo” de contraposições, de separações conflituosas. Mesmo aquelas vindas como a “bela e santa reforma capuchinha”, depois do reconhecimento jurídico da Observância. Evidentemente não bastava a “legalità” do primado e o direito ao selo da Ordem para frear a utopia franciscana.

O ideal de Francisco. Sonho ou utopia? Temos a memória daquele impulso que parte de novo. A possibilidade do sonho ser um *eu-topos*, um acontecer na história e não um *ouk-topos*, uma quimera impossível. Como escreve o Papa Francisco na citada Carta para o Ano da Vida Consagrada:

“Deste modo espero que saibais, sem vos perder em vãs «utopias», criar «outros lugares» onde se viva a lógica evangélica do dom, da fraternidade, do acolhimento da diversidade, do amor recíproco. Mosteiros, comunidades, centros de espiritualidade, cidadelas, escolas, hospitais, casas-família e todos aqueles lugares que a caridade e a criatividade carismática fizeram nascer – e ainda farão nascer, com nova criatividade – , devem tornar-se cada vez mais o fermento para uma sociedade inspirada no Evangelho, a «cidade sobre o monte» que manifesta a verdade e a força das palavras de Jesus” (2,2).

Por que não considerar a pluralidade das “vias” percorridas na história franciscana como uma riqueza da diversidade? Por que não superar o ideologismo franciscano de quem foi ou é mais fiel à proposta de Francisco, para colher a sinfonia de ideias que animam de novo até a proposta cristã em sua recuperação das fontes originárias?

“Ecclesia semper reformanda”; “Ordo semper reformandus”. A sinfonia da diversidade, então, ler com olhos diversos uma história interpretada de acordo com códigos conflituosos, acolhendo a solicitação que nos também o Papa Francisco na sua exortação apostólica *Evangelii gaudium* (229-230).

Se a pobreza nos dividiu, por que não recuperar a minoridade como sinal unificador em um comum patrimônio a ser revivido hoje: “E devem alegrar-se quando convivem com pessoas vis e desprezadas, com pobres e fracos e doentes e leprosos e os que mendigam à beira da estrada” (RnB 9,2).

Pertence a nós também aquele pedaço de história do tempo sucessivo à reforma tridentina. A historiografia parece interpreta-lo como um período de progressiva estagnação, de sistemas alentados e alentadores que pode ter produzido uma excelente estabilização.

Se por uma parte a mais erudita historiografia minorítica recorda o aguçar das contraposições ideológicas na Família Franciscana, reivindicando a legitimidade da ascendência a um fundador sempre mais longe das suas raízes históricas, por outra viveu-se um período da história em que floresceu a santidade de vários irmãos, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII: de São Francisco Solano (+1610) a São Lourenço de Brindise (+1619), José de Copertino (+1663), Carlos de Sezze (+1670), Inácio de Laconi (+1701), Francisco Antônio Fasani (+1742), Leonardo de Porto Maurício (+1751), apenas para citar alguns no vasto campo dos testemunhos do absoluto do Evangelho. Se a santidade é o índice de uma paixão, constatamos que, mesmo em um história que pareceu achatar-se em esquemas consolidados e contrapostos, não fomos privados do dom de irmão apaixonados.

Foi a memória de uma paixão vivida que permitiu de superar a “tempestade” da revolução francesa com as profundas mudanças acontecidas no tecido social, eclesial e cultural. Foi um período de transformações, radicais, mas também benéficos, que permitiram reencontrar raízes purificadas na reconstrução ocorrida durante o século XIX, graças à instituição e à força dos ideais de homens como Bernardino de Portogruaro (1822-1895), Boaventura Soldatić (1827-1895), Bernardo Christen de Andermatt (1837-1909).

Pertence a nós a história do empenho missionário que deu vigor ao desenvolvimento das várias Ordens Franciscanas e que fez a Família Franciscana toda viver globalmente na sua história. Era um desejo intenso na vida de Francisco, de Clara, de Antônio, destinados a ser “diversamente” missionários no ambiente em que o projeto de Deus os chamava. Foi uma história que desde as origens impulsionou os frades para terras distantes para anunciar a Boa Nova do Evangelho, dando muitas vezes a própria vida deles. Foi uma história capaz de receber a riqueza das culturas locais, enxertando-lhes a novidade do Evangelho. É uma história que nos

provoca particularmente hoje, sobretudo nos países da antiga cristandade, onde a pergunta sobre Deus parece apagar-se ou sufocar-se em uma galáxia de propostas distantes de suas raízes cristãs. Qual herança Francisco nos deixa, na memória de seu testemunho apaixonado do Evangelho?

Fratres, dum tempus habemus, operemos bonum

Estamos conscientes que usamos a expressão “pertence a nós”, sem a pretensão da exclusividade, mas como diz a Escritura, “ao Senhor nosso Deus a justiça; a nós a desonra” (Bar 1,15). Não podemos pretender nada, mas como nos exorta o seráfico Pai, nada retenhamos para nós, mas tudo restituamos Deus doador de todos os bens. Aquilo que existiu de belo e bom, e é muito, pertence a Deus: “E devolvamos todos os bens ao Senhor Deus Altíssimo e sumo e reconheçamos que todos os bens são dele e demos graças por tudo a ele, de quem todos os bens procedem” (RnB 17,17).

O itinerário da memória que propusemos é apenas uma “suspiro” em relação à uma história muito mais complexa e rica: habitada pelo pecado mas também por rostos, testemunhos de uma paixão por Jesus Cristo, pelo Reino de Deus, já e ainda não completamente em nosso meio, por Frei Francisco.

O agendamento cronológico de 2017, há quinhentos anos da *Ite vos*, é um *kairos* para superar a fragmentação de uma identidade na qual todos nos reconhecemos. Não é mais tempo de ideologias franciscanas, mas de paixões a serem acordadas para que, na memória de São Francisco, Jesus seja ainda apaixonadamente amado. Não devemos dizer os “os tempos são ruins” (Ef 5,15): este é o tempo que nos é dado, neste *kronos* que passa nos é possível colher o *kairos*, o sinal de uma história.

Não nos é estranha, mas nos pertence como crentes, a experiência dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35): com o coração triste eles voltavam do lugar da amarga desilusão, até quando foram encontrados e acompanhados pelo peregrino Jesus que deixa apenas o sinal da palavra e do pão. Sinais pobres, mas capazes de aquecer o coração deles e os fazerem volta com alegria para Jerusalém.

Frei Francisco quis ir até o “senhor Papa Inocêncio” para haver o selo da mãe Igreja romana. O projeto do caminho rumo 2017 prevê de retornar, naquele ano, até o “senhor Papa Francisco” para ser enviados mais uma vez e reconfirmado que o sonho do homem de Assis, Francisco de Bernardone, frade e santo Francisco, é ainda um lugar capaz de gerar humanidade e dizer que ser discípulo enamorado de Jesus é belo, a ponto de viver a vida só para Ele.

O seráfico Pai nos deixa na liberdade de filhos de Deus: “Prostrado assim no chão, tendo tirado a roupa de saco, elevou o rosto ao céu como costumava e, todo atento à sua glória, cobriu com a mão esquerda a chaga do lado direito, para que não fosse vista. E disse aos frades: ‘Fiz o que me cabia; que Cristo vos ensine o que cabe a vós’” (LM 14,3).

“Por isso, irmãos todos, guardemo-nos muito, para que sob a aparência de alguma mercê, ou obra ou ajuda, não percamos ou tiremos do Senhor nossa mente e coração. Mas na santa caridade, que é Deus (cfr. 1Jo 4,17), rogo todos os frades, tanto ministros como os outros, afastado todo impedimento e posposto todo cuidado e solicitude, no melhor modo que puderem, façam servir, amar, honrar e adorar o Senhor Deus de coração limpo e mente pura, que ele busca acima de tudo” (RnB 22,25-26).

Frei Luciano Bertazzo, OfmConv

IV PARTE

LINHAS ORIENTATIVAS PARA UM PERCURSO COMUM

As três etapas da memória

Introdução

1. Na oração diante do Crucifixo, atribuída a São Francisco, o Poverello volta-se ao Crucifixo reconhecendo no “homem maldito que pende do madeiro” (cf Dt 21,23; Gal 3,13) o Salvador do mundo e abrindo o seu coração que sente estar imerso nas trevas. A “iluminação”, na verdade a experiência mística descrita deste modo por Francisco faz referência àquela vivida pelos discípulos de Emaús (cf Lc 24,13-35), que

se distanciam de Jerusalém com o coração amargurado e triste. Mesmo a sequência das súplicas do filho de Bernardone parece uma atualização da narração de Lucas: Francisco pede o dom de uma *fé* sólida, condição indispensável para o reconhecimento do Ressuscitado que caminha conosco e nos ajuda a ler e a compreender os acontecimentos da nossa história, inclusive aqueles mais obscuros e difíceis, como uma história de salvação. Pede também o dom da *esperança* e da *caridade*, que reforçam a fé e fazem-na fecunda.

2. Na mesma oração, o discernimento que o seráfico Pai invoca acuradamente consiste na capacidade de acolher aquela que o apóstolo Paulo define como “sabedoria da cruz” (1Cor 1,18) como critério fundamental da própria existência. Sobre a palavra de Francisco, que faz seu o ensinamento do Evangelho, podemos então entender que, mantendo a especificidade de cada um, o caminho dos frades menores na história consiste na busca constante de um consciente *abraçar a lógica da cruz* como referência do agir e do pensar, assim como os santos franciscanos nos testemunham.

3. Na primeira fraternidade franciscana encontramos um elemento característico apresentado muitas vezes pelos biógrafos: a experiência de “*contar um ao outro as coisas de Deus*” como um serviço de mútua edificação. Tomás de Celano apresenta-nos este empenho como um protótipo daquele que hoje chamamos de discernimento comunitário, mostrando-nos como a fraternidade é o lugar na qual se lê a presença de Deus através das linhas da história cotidiana, que torna-se para cada um singularmente e para a comunidade no seu complexo uma história de salvação. Diz Celano:

“Durante a viagem, conversavam sobre tantos e tão grandes dons de Deus clementíssimo: como tinham sido cordialmente recebidos pelo vigário de Cristo, senhor e pai de todo o povo cristão; como poderiam pôr em prática suas admoestações e preceitos; como poderiam observar com sinceridade e guardar com firmeza a Regra que tinham recebido; como fariam para viver diante de Deus com toda santidade e religiosidade; como, finalmente, sua vida e costumes, pelo crescimento das virtudes, poderiam servir de exemplo para os outros” (1CI 34).

É interessante ver como também neste texto retorne com insistência o elemento do *caminho*, que tem um forte significado simbólico e evoca a experiência de constante e comum crescimento da fraternidade franciscana, percebida e apresentada pelo biógrafo como uma só coração e uma só alma (cf At 4,32). É evidente que primeira fraternidade franciscana opta pelo *ser* como fundamento e base do *agir*.

4. O itinerário que apresentamos insiste em indicar alguns elementos comuns, deixando amplo espaço de adaptação de conteúdos, de metodologia e de sinais de acordo com a escolha que as fraternidades locais vão propor de fazer unidas. O objetivo comum é o de *preparar-nos para manifestar a reconciliação entre nós e de dar testemunho do amor fraterno no dia 11 de julho de 2016*, há 500 anos da publicação do breve Romanum Pontificem (11 julho de 1517).

5. Pareceu-nos por bem propor como modalidade comum a possibilidade de fazer a experiência de “*contar um ao outro as coisas de Deus*” como um serviço de edificação mútua. Como consequência será importante as comunidades franciscanas que vivem e atuam em um mesmo ambiente pastoral se encontrem juntos três vezes ao ano.

6. Entre os muitos percursos penitenciais possíveis de tomada de consciência, de pedido de perdão e de acolhida alegre da misericórdia que poderão traduzir-se em

gestos de recíproca benevolência, fruto de um renovado Pentecostes, temos o prazer de apresentar um em três etapas, que quisemos chamar “*as três etapas da memória*”.

7. As linhas temáticas que apresentamos nas três etapas partem do que expusemos acima e seguem as indicações oferecidas pelo Papa Francisco na Carta apostólica para o Ano da Vida Consagrada de 28 de novembro de 2014:

- a) olhar o passado com gratidão
- b) a experiência do erro como ocasião de usar misericórdia
- c) o encontro pessoal iluminado pela fé

7. Estas fichas oferecem obviamente apenas linhas orientadoras para um percurso comum e, por isso, devem ser *elaboradas de acordo com as diversas situações*.

Acolhamos novamente, caros irmãos, a visita do Senhor Ressuscitado e a sua salvação.

Frei Alfredo M. Avallone, OfmConv

(em nome do grupo de coordenação dos Frades Franciscanos de Assis)

I ETAPA

OLHAR O PASSADO COM GRATIDÃO

1. Cléofas, um dos discípulos de Emaús, respondeu ao Forasteiro com uma pergunta, entre o lamento e o irônico: “Tu és o único forasteiro em Jerusalém que ignora os fatos que nela aconteceram nestes dias?” (Lc 24,18). O Forasteiro parece que importou-se mais com a dor do que com a ironia e perguntou com um tom que quebra a barreira e faz vir fora o sofrimento escondido: “Quais?”. Eles responderam: “O que aconteceu a Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em obra e em palavra, diante de Deus e diante de todo o povo: nossos chefes dos sacerdotes e nossos chefes o entregaram para ser condenado à morte e o crucificaram. Nós esperávamos que fosse ele quem iria redimir Israel; mas, com tudo isso, faz três dias que todas essas coisas aconteceram! É verdade que algumas mulheres, que são dos nossos, nos assustaram. Tendo ido muito cedo ao túmulo e não tendo encontrado o corpo, voltaram dizendo que tinham tido uma visão de anjos a declararem que ele está vivo. Alguns dos nossos foram ao túmulo e encontraram as coisas tais como as mulheres haviam dito; mas não o viram!” (Lc 24,19-24). As palavras saíram da boca de Cléofas como um rio na enchente. O seu companheiro (quem era? eu? você?) ficou em silêncio, participando de tudo, como se o outro tivesse expresso perfeitamente o tumulto do seu coração. O Forasteiro teve uma reação única. Sem meios termos interpelou os dois: “Ele, então, lhes disse: “Insensatos e lentos de coração para crer tudo o que os profetas anunciaram! Não era preciso que o Cristo sofresse tudo isso e entrasse em sua glória?” (Lc 24,25-26). E começando de Moisés e de todos os profetas explicou a eles em toda a Escritura o que se referia a Ele. Como piedosos filhos de Israel os dois eram acostumados a fazer memória da extraordinária história de amor entre o Deus único e o povo eleito, revivendo-a cada vez com participação intensa, em cada etapa. Porém, nunca o coração deles ardia assim ao escutar alguém. Entre o estupor e o temor uma pergunta começou a surgir no íntimo deles: por que as palavras daquele Forasteiro agia desta maneira na alma deles? Não tinha alguma coisa em comum aquela voz com a voz do Profeta da Galileia, no qual eles tinham acreditado? Seria possível que fosse ele? A sua morte estava fora da discussão. Seja quem fosse

aquele homem, era bonito escutá-lo e o coração se derretia com suas palavras. Era como uma escuridão que ia clareando-se, como aquela da noite próxima da luz do amanhecer.

2. “O primeiro objetivo é *olhar com gratidão o passado*. Cada um dos nossos Institutos provém duma rica história carismática. Nas suas origens, está presente a ação de Deus que, no seu Espírito, chama algumas pessoas para seguirem de perto a Cristo, traduzirem o Evangelho numa forma particular de vida, lerem com os olhos da fé os sinais dos tempos, responderem criativamente às necessidades da Igreja. Depois a experiência dos inícios cresceu e desenvolveu-se, tocando outros membros em novos contextos geográficos e culturais, dando vida a modos novos de implementar o carisma, a novas iniciativas e expressões de caridade apostólica. É como a semente que se torna árvore alargando os seus ramos.

Neste Ano, será oportuno que cada família carismática recorde os seus inícios e o seu desenvolvimento histórico, para agradecer a Deus que deste modo ofereceu à Igreja tantos dons que a tornam bela e habilitada para toda a boa obra (cf. *Lumen gentium*, 12). Repassar a própria história é indispensável para manter viva a identidade e também robustecer a unidade da família e o sentido de pertença dos seus membros. Não se trata de fazer arqueologia nem cultivar inúteis nostalgias, mas de percorrer o caminho das gerações passadas para nele captar a centelha inspiradora, os ideais, os projetos, os valores que as moveram, a começar dos Fundadores, das Fundadoras e das primeiras comunidades. É uma forma também para se tomar consciência de como foi vivido o carisma ao longo da história, que criatividade desencadeou, que dificuldades teve de enfrentar e como foram superadas. Poder-se-á descobrir incoerências, fruto das fraquezas humanas, e talvez mesmo qualquer esquecimento de alguns aspectos essenciais do carisma. Tudo é instrutivo, tornando-se simultaneamente apelo à conversão. Narrar a própria história é louvar a Deus e agradecer-Lhe por todos os seus dons” (Papa Francisco, Carta Apostólica para o Ano da Vida Consagrada, 28e novembro de 2014, 1,1).

Atualização

3. “Fazer memória” para nós não é só recordar mas procurar o significado dos acontecimentos dos quais surgiram as escolhas no Espírito, escolhas de valores capazes de fazer evoluir a história no sentido evangélico, sobretudo na multiplicidade das culturas e das sociedades com as quais o carisma franciscano precisou confrontar-se e encarnar-se.

4. “Fazer memória” é para nós *celebrar o Espírito do Senhor e a sua santa operação*, para fazer aquela renovação da nossa vida de franciscanos, segundo o carisma e as inspirações das origens, para as quais a Igreja nos indicou alguns parâmetros: retorno às Fontes e atenção atenta e sábia aos sinais dos tempos.

5. “Fazer memória” é para nós *assumir como medida de juízo a santidade franciscana* a partir do seráfico Pai São Francisco: no Testamento ele, com sentimentos de louvor, agradecimento e adoração a Deus uno e trino, “faz memória” da sua busca de sentido para a vida, de sua conversão a Cristo e ao seu Evangelho, dos inícios da “fraternitas” dos penitentes de Assis que querem ser identificados como “frades menores” entre si e diante de todas as criaturas descobertas como irmãos e irmãs, uns e outros entendidos e acolhidos como dom do Pai.

II ETAPA

A EXPERIÊNCIA DO ERRO COMO OCASIÃO DE USAR MISERICÓRDIA

1. Naquele dia, anônimo aos olhos das crônicas, dois discípulos do Nazareno estavam a caminho rumo àquele povoado, distante uns onze quilômetros de Jerusalém, e conversavam entre eles sobre tudo aquilo que tinha acontecido. Enquanto discutiam, o Forasteiro se aproximou e começou a caminhar junto com eles. Os olhos deles, porém, estavam impedidos de reconhecê-lo. Foi ele quem quebrou o gelo. ““Que palavras são essas que trocáis enquanto ides caminhando?”, perguntou. Pararam com o rosto que refletia a profunda tristeza do coração: eles o tinham amado, tinham acreditado nele, apostando a vida na decisão de segui-lo. E agora tudo tinha acabado, de um modo mais doloroso, certamente mais escandaloso para eles: morto pendurado no madeiro da vergonha, o Rabbi que tinha-lhes encantado, o Mestre deles, parecia ter sido desmentido pelos fatos. Aquele seu grito sobre a Cruz tinha feito ressoar de modo ensurdecedor o silêncio do Pai, de quem ele tinha falado tanto: “Eli, Eli, lemá, sabactâni?” – meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”. O amor não pode perdoar a morte: por isso o coração deles estava triste, porque a morte parecia que tinha engolido o Senhor deles, e com ele todas as suas esperanças, para sempre.

2. Jesus ressuscitado não despreza o percorrer o caminho rumo a Emaús que os discípulos tinham escolhido como via mestra na nova vida deles, mesmo que tratasse de uma perspectiva errada. E exatamente a presença do Senhor que faz daquele caminho um caminho de salvação para os dois discípulos. Então não tem caminho, por quanto errado que seja, que fica excluído da misericórdia e da bondade de Deus, na medida em que também nós, como os dois discípulos, somos capazes de parar e contar ao Senhor as nossas tristezas, dando-lhe a possibilidade de fazer-se nosso companheiro de viagem e de aquecer o nosso coração. A capacidade de assumir e integrar o próprio limite e o próprio pecado, em uma ótica de fé e de abertura à atuação da graça, é um objetivo primário e fundamental do caminho de cada frade durante toda a vida.

3. O próprio Francisco de Assis percorre na fé uma estrada que humanamente ele não queria, como diz no Testamento: “parecia-me por demais amargo ver os leprosos. E o próprio Senhor me levou para o meio deles, e fiz misericórdia com eles” (Test 1-2). Assim também os biógrafos nos narram diversas experiências onde o que parecia um obstáculo para a realização de Francisco revelaram-se verdadeiras intervenções de Deus em benefício de sua salvação. O mesmo se deduz das reflexões dos primeiros frades a respeito do pecado voluntário: “E guardem-se todos os frades, tanto ministros e servos como os outros, de perturbar-se ou irar-se pelo pecado ou mal do outro, porque o diabo quer corromper muitos pelo delito de um; mas, espiritualmente, como melhor puderem, ajudem o que pecou, porque *não precisam de médico os são mas os que estão mal*. Semelhantemente, todos os frades não tenham nisso poder ou domínio entre si. Pois, como diz o Senhor no Evangelho: ‘*Os príncipes dos povos os dominam, e os que são maiores exercem poder sobre ele*’, mas *não será assim entre os irmãos*; e todo que *quiser entre eles ser o maior seja seu ministro e servo*; e quem é o *maior* entre eles *faça-se como o menor*. E nenhum frade faça mal ou fale mal ao outro; antes, pela caridade do espírito, sirvam e obedeçam uns aos outros. E esta é a verdadeira e santa obediência de nosso Senhor Jesus Cristo” (RnB 5,7-15).

Atualização

4. Existem dois riscos graves, profundamente interligados entre eles se bem que aparecem diametralmente opostos, derivados de uma avaliação não correta sobre o pecado e as suas consequências: a subestimação do pecado e o enfraquecimento da redenção.

5. O primeiro risco consiste em basear um caminho subestimando – o ato prático, não certamente nas declarações dos propósitos – os efeitos devastadores que o pecado impõe sobre a vida do homem. Dito em outros termos, tal risco pode ser representado com um aparente *excesso de otimismo das potencialidades humanas*, do momento em que prospecta-se ao frade um atingir o modelo de perfeição que não leva em conta a influência negativa do pecado sobre a vida do homem: tais influências, mesmo não sendo determinantes, constituem uma real limitação à vontade do bem e o alcance da plenitude da integridade da pessoa. Na verdade, todos fazemos experiência do fato de que a realidade do pecado existe e é tremendamente eficaz na

vida do homem que busca a Deus. Então a proposta inicial, irreal, pelo alcance de objetivos tão altos, resulta terrivelmente frustrada pelo encontro-confronto com a dura e cotidiana realidade, na qual tais objetivos tentam-se declinar com resultados não correspondentes às expectativas.

6. O segundo risco, profundamente ligado ao primeiro, consiste em *ignorar* – aqui também como ato prático, não em teoria – *os efeitos da redenção realizada por Cristo*, que com o seu sacrifício salvífico encheu a que humanamente seria impossível, quer dizer um abismo que depois da desobediência (cf Gn 3) tinha tragicamente separado o homem de Deus. A ligação com o primeiro risco consiste no fato de que, se não existe uma correta consciência dos efeitos devastadores do pecado, necessariamente acaba-se por ignorar aqueles admiráveis da redenção. Em poucas palavras, o caminho do homem permanece achatado na dimensão intraterrena, faltando aquele necessário lançamento rumo ao céu que o evento capital da ressurreição convida a fazer.

A vocação do homem coincide com a sua redenção e, enquanto tal, é inscrita no contexto da ressurreição e da salvação trazida por Cristo. Por isso São Francisco e os seus primeiros companheiros eram solícitos em repetir a oração: “Nós te adoramos, Senhor Jesus Cristo, também em todas as tuas igrejas, que estão em todo o mundo, e te bendizemos, porque por tua santa cruz remiste o mundo” (Test 5).

III ETAPA

O ENCONTRO PESSOAL ILUMINADO PELA FÉ

1. Quando estavam perto do povoado de Emaús, para onde os dois discípulos iam, Jesus fez de conta que ia mais adiante. Perde-lo exatamente agora parecia-lhes inaceitável. Foi por isso que insistiram: “Fica conosco, pois cai a tarde e o dia já declina” (Lc 24,29). Por um curioso paradoxo aquelas palavras, enquanto descreviam a exterior chegada da noite no abrasado pôr do sol sobre as colinas da Judeia, evocavam aos dois as trevas que descera na alma deles, a ausência de futuro que sucedeu à agonia do Profeta abandonado nos braços da Cruz. Talvez por isso ele tenha cedido ao pedido como remissão, quase que por um ato de ternura compassiva e entrou para permanecer com eles. A casa era simples, uma das tantas dispostas a acolher os viandantes para matar a fome e descansar às margens das estradas empoeiradas da terra de Israel ao final do dia. Uma vez à mesa, o Forasteiro tomou o pão, recitou a oração de bênção e deu a eles. Era o gesto do chefe de família na ceia pascal. Era o gesto que Ele tinha realizado para eles na noite daquela última ceia. E agora quem o cumpre é aquele que eles pensavam de ser um Forasteiro. Então os olhos deles se abriram e o reconheceram: “Não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?” (Lc 24,32). Mas ele desapareceu diante deles. Não tinha dito à mulher que foi ao túmulo de madrugada do dia depois do sábado: “Não me retenhas, pois ainda não subi ao Pai” (Jo 20,17)? Não tinha prometido aos discípulos que os precederia na Galiléia? E ao profeta Elias sobre a montanha, Deus não tinha passado como uma brisa leve, como uma “voz do silêncio”? Atordoados como estavam pela emoção, começaram a dizer de novo um ao outro o que tinham vivido com Ele ao longo do caminho: à narração se sobrepunham as perguntas. Como não puderam entender? Aquelas palavras, aquela voz, a luz das Escrituras... Por que não o haviam reconhecido imediatamente? A tristeza, às vezes, brinca com a gente, ainda mais o medo e a desconfiança diante dos outros. Porém agora a luz era tão intensa que – mesmo sendo noite, e por isso a viagem era desaconselhada – decidiram de partir sem demora para retornar a Jerusalém. Daquele momento a vida deles foi mudada para sempre. E com a vida deles aquela do mundo foi mudada. Um encontro, aquele de Emaús, que as crônicas não trazem, mas que o testemunho de fé do evangelista Lucas soube transmitir-nos com frescor singular no final do seu Evangelho, tanto que o coração de quem crê pode reconhecer-se nele, até mesmo identificar-se com o anônimo companheiro de Cléofas, até mesmo perceber aquele entardecer, vivido um dia dois mil anos atrás, em uma casa simples sobre as colinas da Judeia, como o amanhecer de um novo início de tudo, para todos...

2. A experiência dos discípulos de Emaús pode ser agilmente colocada sob a cifra do encontro: um encontro que muda com a mudança do saber dos discípulos, progressivamente iluminado pela fé. Eles, de fato, no início estão convictos que falam com um anônimo viandante; só depois que permitiram a Jesus de aquecer o coração deles e de ressuscitar neles a fé, é que o reconheceram como o Senhor da vida (cf Lc 24,34).

3. A frequência e a familiaridade com Cristo alimentam-se mediante a *scrutatio* da Escritura,

exatamente como o fez Jesus ao longo do caminho de Emaús. A este propósito tem ainda como exemplo a vida de nosso pai São Francisco. Quando o primeiro companheiro, Bernardo de Quintavalle, lhe expôs com decisão o desejo de seguir o Cristo no caminho por ele já traçado, Frei Francisco respondeu: “Se queres provar o que dizes, vamos bem cedo à igreja e, pegando o Evangelho, peçamos conselho a Cristo” (2Cel 15). Francisco, então, não procura resposta na sabedoria humana e nos raciocínios comuns, mas entrega-se com confiança à palavra de vida contida nos santos Evangelhos e mediada pela Igreja, na pessoa do pobre sacerdote que lê para ele as Sagradas Escrituras.

Atualização

4. O encontro com Cristo é a experiência fundamental para cada cristão, mediada pela fé que lhe é ingrediente indispensável. Não podemos abdicar deste encontro pelo simples fato de sermos frades! A nossa opção pelo Cristo deve fundar-se sobre *uma experiência concreta de encontro com Ele*, e daí alimentar-se e sustentar-se. Um semelhante, fundamental encontro não pode ser substituído de modo algum: cada um de nós é chamado a encontrar-se com o Cristo nas estradas da própria vida, a reconhecê-lo viandante e transformá-lo em companheiro de viagem. Só depois do encontro autêntico com Cristo Jesus a nossa missão torna-se credível e autêntica, pois não podemos anunciar o que nós mesmos não acolhemos e recebemos.

5. O encontro dos discípulos de Emaús com o Cristo ressuscitado tem um sabor característico do humano e do cotidiano. São Francisco coloca na base do seguimento “o ser empenhado nas coisas de Deus”. Esta também é uma imagem que evoca certamente assiduidade e continuidade no caminho, mas que por outra parte deixa emergir o profundo cotidiano e o ferial no qual tal esforço se insere (ou deveria inserir-se). Existe uma espécie de “*mística do cotidiano*” que é indispensável conhecer e praticar para o crescimento e a consolidação da nossa vocação.

6. O caminho do frade menor então se funda e se nutre do encontro fundamental com o Cristo, reconhecido e acolhido como Senhor da nossa vida, no hoje de nossa história mediante a fé, história feita de um cotidiano no qual deus não cessa de revelar-se presente. Existe um risco do qual devemos nos defender com todas as forças, imersos como estamos na lógica humana do ativismo: é o de sacrificar o importante pelo urgente. Em nossa sociedade, que por paradoxo é contemporaneamente hiperativa e pobre de conteúdos profundos, tem a tendência de enfatizar a urgência em detrimento da importância. Nós somos chamados a individuar o que de fato é importante e que constitui o fundamento de todo o resto e a investir nele, colocando-o como fundamento do nosso agir. Não é o *quanto* que faz a diferença, mas o *como* e o *porque*.

Suplemento:

Revista San Francesco Patrono d'Italia

N° 2 – Fevereiro de 2016

Tipografia Grifo s.r.l. - Perugia